



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: ARTES VISUAIS E MÚSICA

Evandro Moura Dias

**CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KÁAGADOS:
IDENTIDADE E ENFRENTAMENTO**

Arraias/TO
2019

Evandro Moura Dias

**CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KÁAGADOS:
IDENTIDADE E ENFRENTAMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins/ Campus Universitário Professor Dr. Sérgio Jacintho Leonor, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo. Área: Códigos e Linguagens. Habilitação: Artes Visuais e Música.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Roseli Paes dos Santos

Arraias/TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D541c Dias, Evandro Moura Dias.
CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
KÁAGADOS: IDENTIDADE E ENFRENTAMENTO . / Evandro Moura Dias
Dias. – Arraias, TO, 2019.
78 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Arraias - Curso de Educação do Campo, 2019.
Orientadora : Ana Roseli Paes dos Santos Santos

1. Cartografia Social. 2. Comunidade Quilombola. 3. Projeto Cartografia
social. 4. Comunidade Káagados. I. Título

CDD 370.91734

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARRAIAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CÓDIGO E LINGUAGENS
ARTES VISUAIS E MÚSICA**

**CARTOGRAFIA SOCIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KÁAGADOS:
IDENTIDADE E ENFRENTAMENTO**

Monografia submetida ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Do Campo: Código e Linguagens Artes Visuais e Música da Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Arraias, em cumprimento parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo: Código e Linguagens Artes Visuais e Música à **Evandro Moura Dias.**

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 17/05/2019

Prof.ª Dr.ª Ana Roseli Paes dos Santos
Orientadora

Prof. Dr. George Leonardo Seabra Coelho
Professor Avaliador 1

Prof. Dr. Wilson Rogério dos Santos
Professor Avaliador 2

Arraias, TO, 17 de maio de 2019

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus por ter ficado sempre juto comigo nesta caminhada, me dando força e coragem para seguir em frente. Dedico também a minha mãe por ter sido minha inspiração me fortalecendo para nunca desistir, e que mesmo depois de ter ido morar com Deus, ela sempre se faz presente em minha vida. Sair da comunidade e morar na cidade não é fácil quando não se tem a quem recorrer, por isso, dedico também ao meu primo Jeferson Dias dos Santos, que me acolheu na chegada na cidade e na caminhada nos tornamos irmãos. Dedico, também ao meu irmão Renison pelas vezes que ficou andando a pé e me ofereceu a sua moto para ir trabalhar fora, pois não recebia auxílio quando entrei na universidade. Dedico, também à Debora Santana pelos puxões de orelha e por não me deixar acomodar no caminho. Por fim, dedico este trabalho as pessoas da comunidade quilombola Káagados por terem me inspirado e ensinado muito neste processo.

AGRADECIMENTOS

Fazer esta monografia foi um processo coletivo sem a qual não seria possível sequer iniciar o trabalho, tão importante para minha vida profissional e pessoal. Espero, que este trabalho seja importante na vida de muitas outras pessoas, seja por inspirá-los a escrever a sua história, seja por provocar intervenções no modo de vida na comunidade, por isso meus agradecimentos:

A Deus, pela força na caminhada

A minha mãe pela inspiração em querer chegar ao final

A Renison Moura Dias pelo apoio e ajuda

A Leandro Moura Dias pela ajuda

A Geam Marcos Moura Bispo pela ajuda

A Renilson Antônio Dias pela ajuda

A Lucrécia de Moura Dias pela cumplicidade e ajuda

A Débora Santana pela cumplicidade e ajuda

A meu tio Sizernado e minha tia Maria pelas muitas vezes que me emprestou dinheiro quando eu não tinha

A Marcilene Moura Dias pela ajuda

A Miguel Bispo pelas vezes que me emprestou dinheiro e foi me levar e buscar em Canabrava
Meus agradecimentos a Pedro Romilson Costa Dias pelas vezes que foi na Canabrava a meu pedido

A meu tio Balbino que me ajudou muito (quando era vivo) me emprestando dinheiro me pagando para fazer-lhe algum serviço

A professora Noeci Carvalho Messias por ter me acolhido de braços abertos quando cheguei aqui na UFT e por acreditar e nos mostrar que é possível

Ao professor Alessandro Pimenta pela acolhida

Ao professor Francisco Roberto Leite pela simplicidade e acolhimento

Ao professor Antonivaldo de Jesus e sua esposa Valdirene pela acolhida

A Cida Souza, Paulo Rogério, Alcindo, Lourivaldo que durante esta caminhada me ajudaram muito e também no Projeto Cartografia sobre ao qual faço este estudo.

Aos meus colegas do movimento estudantil

Meus agradecimentos a Juraci José de Moura, Pedro Ribeiro Dias, Leandro Moura Dias, Renison Moura Dias, pela entrevista que muito contribuiu com este trabalho.

Enfim, meus agradecimentos à professora Ana Roseli Paes dos Santos por ter aceitado me orientar neste trabalho, e por ter aceitado fazer o trabalho sobre a minha comunidade, por ter respeitado a minha opinião e por ter me ajudado muito neste trabalho de conclusão de curso. Espero não ter dado muito trabalho.

Amanhã tô de viagem lá pras bandas do sertão
Deixo minha casa munida de carne, farinha e feijão
Se houver precisão em casa, cê vende o cavalo alazão
Esta viagem que eu vô, muê, eu vô trova mais o cão, ai, ai

Domingos José de Moura Velho

RESUMO

O presente trabalho trata de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins ligada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo: códigos e linguagem. É o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso. Neste estudo nos debruçamos sobre o Projeto Cartografia Social realizado na Comunidade Quilombola Káagados nos anos 2016/2017 para estudar se o mapeamento e a territorialização inseriu a comunidade numa política cultural, social e econômica, transformadora dos modos de ser da comunidade. Hipoteticamente pensamos que o projeto cartografia social, pode ter permitido que a comunidade pudesse ter maior visibilidade diante da própria comunidade, das autoridades locais e da situação de conflitos existentes entre os fazendeiros locais, grileiros e a comunidade Káagados. Além de nos dar a impressão de que o Projeto Cartografia pode ter contribuído com os debates sobre o fortalecimento da identidade dos sujeitos envolvidos. O referencial teórico (conceitos e teorias) com o qual o estudo situou o tema *A cartografia social da comunidade quilombola Káagados: identidade e enfrentamento*, começou com o atual estado de conhecimento da área da cartografia social, da geografia, do mapeamento em diálogo com as ideias de Alfredo Wagner Berno de Almeida, Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos e de Dorival dos Santos que será levado a cabo por um estudo que se fundamenta nas orientações metodológicas de Robert Stake para estudar, compreender e averiguar as hipóteses elencadas por meio de um estudo de caso. Concluímos a partir do estudo que o fato da demarcação dos limites da comunidade e da cartografia os conflitos, embora ainda existam, diminuiriam. Observamos que por meio do projeto cartografia social os integrantes da comunidade Káagados se apresentaram para a comunidade externa e puderam confirmar por meio dos mapas que possuem um território, um modo próprio de ser, uma cultura, uma organização social e econômica que precisa, imperativamente, ser respeitada. Compreendemos que a invasão, o descaso das autoridades e o excesso dos policiais, quando com armas em punho, a pedido dos fazendeiros, entram nas casas das pessoas da comunidade caracterizando assédio moral, só acentua o racismo institucionalizado e a impunidade. Espera-se que os resultados do estudo inspirem futuras investigações sobre o tema, sobre a vida difícil dos integrantes das comunidades quilombolas e dos conflitos territoriais, contribuindo para evidenciar de forma mais efetiva e consciente a necessidade de políticas públicas que de fato, atendam às necessidades dessas comunidades.

Palavras-chave: Cartografia social. Comunidade Quilombola. Projeto Cartografia social.

ABSTRAC

The present work deals with a research developed in the Federal University of Tocantins linked to the course of Degree in Field Education: codes and language. It is the result of the course completion work. In this study we dealt with the Social Cartography Project carried out in the Quilombola Káagados Community in the years 2016/2017 to study if the mapping and territorialization inserted the community into a cultural, social and economic policy, transforming the ways of being of the community. Hypothetically we thought that the social cartography project could have allowed the community to have greater visibility before the community itself, the local authorities and the situation of conflicts between local farmers, the acclaimed and the quilombola community. In addition to giving us the impression that the Project cartography may have contributed to the debates about strengthening the identity of the subjects involved. The social cartography of the quilombola community Káagados: identity and confrontation, began with the current state of knowledge of the area of social cartography, of geography, of mapping in dialogue with people, which will be carried out by a study that is based on in the methodological guidelines of Robert Stake to study, understand and find out the hypotheses listed by means of a case study analysis. We conclude from the study that the fact of the demarcation of the limits of the community and the mapping of the conflicts, although they still exist, decreased. We observed that through the social cartography project the members of the Káagados community presented themselves to the external community and were able to confirm by means of the maps that they have a territory, a proper way of being, a culture, a social organization that needs, imperatively, be respected We understand that the invasion, the neglect of the authorities and the excess of the police, when with weapons in fist, at the request of the farmers, enter the homes of the people of the community characterizing moral harassment, only accentuates the institutionalized racism and the impunity. It is hoped that the results of the study will inspire future research on the subject, on the difficult life of the members of the quilombola communities and territorial conflicts and that they contribute to more effectively and consciously evidencing the need for public policies that, in fact, , attend to the needs of these communities.

Keywords: Social cartography. Community Quilombola. Social Cartography Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura n.º 1–Rua Filomena Zupardo -Itatiba/SP	24
Figura n.º 2 – Portão Quilombo Brotas –Itatiba/SP	24
Figura n.º 3 - Sr. Domingos José de Moura	38
Figura n.º 4 – Barracão e equipamentos de trabalho da comunidade	40
Figura n.º 5 - Quintal- horta e plantas medicinais da comunidade	40
Figura n.º 6 – Galinheiro da comunidade	41
Figura n.º 7 - Curral	41
Figura n.º 8 – Integrantes da comunidade	48
Figura n.º 9 – Croqui do mapa feito pela comunidade.....	49
Figura n.º 10 – Placa da escola da comunidade.....	55

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADIN–Ação Direta de Inconstitucionalidade

COEQTO - Coordenação Estadual Quilombola do Tocantins

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

UFT- Universidade Federal do Tocantins

CAR - Cadastro Ambiental Rural

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UPE – Universidade de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

UNIFESPA – Universidade Federal do Sul do Pará

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros

UNITINS – Universidade Federal do Tocantins

APA-TO - Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins

PPGCSPA - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1 O conceito de cartografia	19
1.2 A cartografia social	20
1.3 O território – espaço do homem	21
1.4 O direito a terra	24
1.5 Ser quilombola	28
CAPÍTULO II- METODOLOGIA	32
2.1 O estudo de caso como estratégia da investigação	32
2.2 O problema	33
2.3 A hipótese	34
2.4 Objetivo Geral	34
2.4.1 Objetivos específicos	34
2.5 Procedimentos	34
2.6 Técnicas de coleta de dados	35
2.6.1 A observação participante.....	35
2.6.1.1 Descrição da observação feita na comunidade.....	36
2.6. A entrevista semiestruturada.....	36
2.7 O contexto do projeto	37

2.8 Colaboradores na investigação	37
CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO	38
3.1 A comunidade Káagados.....	38
3.2 A relação com a terra	44
3.3 O Projeto Cartografia Social da comunidade	46
3.4 A realidade após a cartografia	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICES	62
A- Modelo de Carta de aceite dos colaboradores	62
B–Modelo do Guia de entrevista – moradores da comunidade	64
D – Mapa da Comunidade Káagados	65
ANEXOS	66
A – Transcrições de entrevista.....	67

1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra tem história que remonta à chegada dos colonizadores ao Brasil. Entretanto, o que parece não estar na lembrança das pessoas, é que ao chegarem nestas terras elas já estavam povoadas e demarcadas pelas diversas etnias indígenas. É importante salientar que, embora existissem disputas territoriais entre essas etnias foi a chegada dos europeus que inaugurou prejuízos incalculáveis como escravizações massivas, desestruturação social, epidemias, acirramento das guerras intertribais, etc. Portanto, existia aqui uma organização da vida humana, indígenas de várias etnias viviam por aqui, a terra já tinha dono. No entanto, o colonizador europeu quando chegou se apropriou dessas terras como se as pessoas que aqui estavam, há anos, não fossem proprietárias legítimas. Como bem sabemos os colonizadores se organizaram, tornaram-se donatários de capitânicas hereditárias e, a partir das Sesmarias, tinham o poder de distribuir as terras (que não lhes pertenciam) para a nobreza portuguesa que se interessasse em ocupar o novo território, expulsando, dessa forma, os indígenas de suas terras nativas. O sesmeiro que ocupava efetivamente a terra tinha o dever de fazê-la produtiva num prazo de cinco anos. Assim, desde o início da colonização o viés econômico/político orientou a posse e a demarcação das terras do Brasil.

O colonizador trouxe também, o espírito do mercantilismo (baseado no acúmulo de capitais), desenvolvendo por aqui um conjunto de práticas econômicas orientadas pelas ideias e teorias em voga na Europa da Idade Moderna compreendida entre o final do século XV até à idade das Revoluções no século XVIII. O Brasil tornou-se a partir de então uma colônia de exploração que seguindo o seu modelo teórico típico, de que as colônias deveriam ser locais, ou seja “mercados” produtores para abastecer e atender a demanda da metrópole. Em termos teóricos e dentro da lógica estabeleceu-se aqui um Sistema Colonial Mercantilista. A terra brasileira apropriada existia para desenvolver a metrópole, principalmente por meio do acúmulo de riquezas vindas do extrativismo e de práticas agrárias, necessitando da mão de obra escrava, que começou com os indígenas e se fortaleceu com os escravos trazidos da África. Portanto, a relação da terra com as comunidades negras tem início a partir da instalação do Sistema Colonial Mercantilista com bases filosóficas no absolutismo e no capitalismo comercial.

Desde o período colonial até um pouco antes do final do império havia no Brasil um grande contingente de negros africanos escravos trabalhando nas lavouras, nas minas e nas casas dos senhores. Essa situação só alterou-se quando a escravidão foi oficialmente abolida com a assinatura da Lei Imperial n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, entretanto sem nenhuma

compensação ou alternativa para os libertos se inserirem no contexto social e econômico do país. A essa “nova população” juntou o negro que anterior a lei se refugiou pelos diversos cantos do país.

Assim, a história sobre a escravatura no Brasil e a cultura negra que está no imaginário brasileiro e ensinado nas escolas (antes das Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08) nunca retratou a realidade quer do ponto de vista da história quer do ponto de vista das ciências sociais e humanas porque na maior parte das vezes foram contadas por outros olhos que não do homem negro.

A luta pela terra ganha então outro elemento, para além do indígena e dos grandes latifundiários - o negro escravo fugitivo, descartado ou alforriado, dando origem as comunidades negras rurais de descendentes. Essas comunidades foram se instalando por várias zonas do território brasileiro, invisíveis para muitos e incômodas para outros, dando origem as comunidades negras rurais, tradicionais e quilombolas no Brasil.

Em entrevista à Rede de Mobilizadores¹, professores da Universidade Federal do Ceará disseram “que os territórios das comunidades tradicionais, se caracterizam por serem ligados ao campo simbólico, e não só às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica”. Portanto, para o homem negro, a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: a sua comunidade não pode ser compreendida sem o seu território. Parece que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem e da geografia. Nessa perspectiva, o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, os rituais, as roças entre outros, se aglutinam formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos (SANTOS, 2012).

Nesse sentido o desejo de representar o espaço em que se vive, demarcando aspectos da paisagem, das vivências de cada povo, de suas práticas sociais e da forma de perceber e de produzir imagens espaciais tem se tornado uma forma de representação recente no âmbito da cartografia. Henri Acselrad (2010) comenta que quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo apenas demarcar ou retratar o espaço físico, mas afirmado seus modos peculiares de vida. Assim, os mapas não revelam só os espaços e o conhecimento espacial e ambiental das populações locais, mas mostram o modo de ser, de se apropriar e se organizar de uma comunidade.

¹Rede de Mobilizadores - <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>

Foi nesse contexto que a comunidade quilombola Káagados participou, no ano 2016/2017 de um projeto de mapeamento comunitário, envolvendo diretamente os membros da comunidade no levantamento do uso e das fronteiras de seus domínios. Essa territorialização parece ter inserido na comunidade uma política cultural, social e econômica, transformando os modos de ser da comunidade, ou seja, rompeu-se a invisibilidade das pessoas e seus modos de ser. Sousa Santos (2000, p. 224) assinala que “os mapas são um campo estruturado de intencionalidade, uma língua franca que permite a conversa sempre inacabada entre representação do que somos e a orientação que buscamos”.

Acreditando nesse aspecto transformador da cartografia social, na minha origem e membro de comunidade quilombola, procurar-se-á nesse estudo averiguar as mudanças decorrentes desse processo de mapeamento na comunidade Káagados. Hipoteticamente pensamos que o projeto cartografia social, pode ter permitido que a comunidade pudesse ter maior visibilidade diante de si mesma e das autoridades locais. Parece-nos que essa situação pode ter diminuindo significativamente os conflitos existentes entre os fazendeiros locais, grileiros e a comunidade. Além de nos dar a impressão de contribuir com os debates sobre o fortalecimento da identidade e na conquista do cadastro ambiental rural da comunidade nos moldes constitucionais. São estas as questões que se pretende estudar, compreender e averiguar por meio de um estudo de caso.

Este estudo se desenvolveu em três etapas: a) revisão da literatura; b) definição da metodologia e dos instrumentos de coleta de dados e c) análise e discussão dos dados. Assim, no primeiro capítulo definimos o tema e os conceitos de cartografia e cartografia social e ser quilombola. No capítulo segundo definimos a metodologia, as técnicas de coletas de dados, os participantes do estudo e os procedimentos. Por fim, no terceiro capítulo fazemos a análise e descrição dos dados e encerramos com a discussão e a conclusão final.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico (conceitos e teorias) é a base sobre a qual o estudo, as ideias, as reflexões, o conhecimento do pesquisador se constrói. Com esta visão, que pretendemos situar o tema *A cartografia social da comunidade quilombola Káagados: identidade e enfrentamento*, começando com o atual estado de conhecimento da área da cartografia social, da geografia, do mapeamento em diálogo com as ideias de Alfredo Wagner Berno de Almeida, Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos e de Dorival dos Santos que será levado a cabo por um estudo de caso que se fundamenta nas orientações de Robert Stake.

Em uma entrevista, para a revista Espaço Ameríndio (Porto Alegre/RGS), Alfredo Wagner expõe suas ideias e o conceito de cartografia social. Começa a entrevista esclarecendo que o mapa sempre foi um instrumento de poder, sempre foi uma forma de manter a dominação em sociedades coloniais e imperiais. Comenta que, quando se fez importante uma representação gráfica para expressar uma dominialidade os governos e os militares fizeram e fazem uso dos mapas como forma de delinear as ações estratégicas. Nos diz que a própria geografia era uma ciência militar, uma ciência da guerra. É nesse contexto que se desenvolve a cartografia. Wagner diz em entrevista que:

Esta importância do mapa se agigantou muito no caso brasileiro a partir da ditadura instituída a partir do golpe militar de 1964. Para o conhecimento cartográfico sistemático da Amazônia, o governo militar começou com o projeto RADAM², em 1972. Consistia numa expressão militar da forma de ocupação que o governo autoritário naquele momento imaginava que era possível. Privilegiava-se, então, o conhecimento do subsolo, dos recursos geológicos [...] (LIMA e colaboradores, 2013, p. 255).

Wagner esclarece que, por muito tempo, a cartografia enquanto ciência esteve ligada a atividades desenvolvidas por geógrafos, geólogos e engenheiros florestais, sempre no âmbito das ciências naturais. Só recentemente, nos anos 80, é que se começou a pensar em fazer o mapa do ponto de vista de quem estava sendo dominado.

² Os projetos RADAM e RADAM Brasil levantaram dados sobre geologia, solos, vegetação, relevo, uso da terra e cartografia nas décadas de 1970 e 1980. O RADAM é considerado o maior projeto de conhecimento da cobertura de recursos naturais do território brasileiro, efetuado com imagens obtidas por radar aerotransportado (embarcado em aeronave). Fonte IBGE - <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv24027.pdf>

O primeiro trabalho que nós concebemos, foi um trabalho que foi feito durante quatro anos, em mais de 150 comunidades, envolvendo múltiplas pessoas, por isso que eu falo no plural, não é uma proposição minha, a discussão e a execução envolveu muitos pesquisadores (LIMA e colaboradores, 2013, p. 258) .

A partir desse trabalho foi se definindo o mapeamento social como um produto originado da relação de pesquisadores com as comunidades tradicionais ou não, num campo de disputas e de onde as pessoas iam definindo seus domínios, os seus pertencimentos e as suas reivindicações de direitos territoriais.

Nessa mesma perspectiva de “geografia cidadã” incluímos as ideias de Milton Santos. O autor nos fala que vivemos em um país onde a cidadania se dá em diversos níveis, porém nem todos são igualmente cidadãos, havendo os que nem são cidadãos (aqueles que não têm direitos) e havendo os que não querem ser cidadãos (aqueles que buscam privilégios e não direitos). Assim ao pensar em uma geografia cidadã, o autor afirma o seu desejo de ajudar a construir a cidadania por meio da Geografia.

Em Pensando o espaço do homem, Milton Santos (2009) se propõe a pensar os fundamentos epistemológicos das ciências do espaço, trazendo para o centro das análises categorias como: totalidade, tempo e espaço. Categorias em que o homem e a sociedade são os agentes, sendo os sujeitos fundamentais para a sua dinamização. Santos (2009), trouxe sentido humano para a geografia e a ideia de que pensar o espaço do homem é uma atividade minuciosa e complexa, mas que o melhor modo de se pensar é tomando como referencial a ideia de que o espaço é a acumulação desigual dos tempos, um misto de transformações contínuas que dão significado ao espaço do homem e a possibilidade de seguir traçando caminhos mais efetivos para a sua valorização. Portanto, para Milton Santos o espaço é geográfico e uma instância social. O espaço geográfico, o território usado e o lugar são conceitos estruturantes do edifício teórico e metodológico proposto pela Geografia humana, ela não admite a dissociação entre homem e natureza. O autor vai propor também que o espaço geográfico, sinônimo de território usado seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização. Assim entendemos que o território usado por um povo e nesse caso falamos do território usado pela comunidade quilombola Káagados só pode ser estudado a partir dessa visão. A partir dessas ideias que nos propomos a refletir e conceber esse espaço como abrigo. Abrigo de promoção à vida por meio da cultura, da agricultura, das crenças e saberes e de tudo o que a terra pode oferecer. Nesse lugar, portanto, reside uma possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo capitalista.

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p. 255).

Buscamos, também, as ideias de Boaventura de Sousa Santos (2002), sobretudo quando nos fala da ecologia de saberes como uma primeira lógica da monocultura do saber e do rigor científico que necessita ser questionada a partir da identificação de outros saberes. O autor chama a atenção e nos leva a refletir sobre novas possibilidades de experiências alternativas à globalização neoliberal que também é denunciada por Milton Santos e, que emerge do pensamento hegemônico contemporâneo. Reafirma sempre a ideia de monocultura e destaca-as: a monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a monocultura da naturalização das diferenças sociais, a monocultura da escala dominante e a monocultura do produtivismo capitalista. Para Boaventura tudo o que vai na contramão desse pensamento hegemônico e da monocultura é considerado ignorante, residual, inferior e improdutivo. Alerta-nos para a urgência de substituirmos essas monoculturas por ecologias: dos saberes tradicionais, das temporalidades, do reconhecimento, das escalas locais e das produtividades como forma de outras sociabilidades e de emancipação social.

O autor chama também a atenção para a necessidade de identificarmos, valorizarmos e agregarmos os conhecimentos que circulam fora dos limites acadêmicos; porque a experiência social é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica conhece e reconhece como importante. Portanto, coloca em causa o rigor científico e identifica outros saberes imprescindíveis para nos compreendermos. É a partir dessas ideias e com esse olhar que nasce este estudo sobre a cartografia social feita na comunidade quilombola Káagados do distrito de Canabrava no município de Arraias. A comunidade ao participar da cartografia conta a sua história a partir das suas experiências, da importância dada a terra, a água, ao convívio familiar e comunitário.

1.1 O conceito de cartografia

Desde há muito tempo os homens procuraram assinalar seus percursos de viagem, ou seja, faziam alguma forma de “mapa” para representar os lugares onde viviam, os lugares

onde caçavam e por onde passavam. Erwin Josephus Raisz (1969, p. 7), afirma que “fazer mapas é uma aptidão inata da humanidade”.

A cartografia não é uma ferramenta nova, ela está presente na sociedade desde o século VI a.c. A literatura especializada afirma que entre as civilizações antigas, talvez a que mais tenha contribuído para o desenvolvimento da Cartografia, pela aplicação prática do seu legado no mundo ocidental, tenha sido a civilização grega. Deve-se a ela os conhecimentos básicos da Cartografia atual, incluindo-se aí a concepção da forma esférica da Terra, a noção de polos e de círculos máximos da Terra, além da ideia de latitude e longitude, sendo dela também o desenvolvimento das primeiras projeções. Os mapas, nesta época tinham a função de auxiliar nas expedições militares e de navegação.

Assim pode-se, dizer numa definição menos teórica: “[...] que a Cartografia é a ciência de produzir mapas, ou seja, a produção da representação visual de aspectos naturais, políticos, populacionais entre outros de uma região, a partir de dados e técnicas matemáticas (Guia do Estudante)³”.

Para os europeus renascentistas a cartografia representava a possibilidade de estudar o mundo, uma vez que a navegação e suas conquistas impulsionavam o comércio entre os povos. Nesses aspectos algumas escolas náuticas se destacam.

A escola portuguesa, segundo Santos (2016, p. 5), mais conhecida como escola de Sagres reunia sábios, matemáticos, astrônomos, pilotos, construtores de navios, cartógrafos, que em conjunto discutiam e aperfeiçoavam o conhecimento espacial. Esse autor, comenta que o conhecimento geográfico português se deve a sua vasta experiência marítima e a criação dessa escola, representando um importante passo para o incremento das viagens marítimas, facilitando a ampliação do conhecimento do mundo, permitindo a formação de pilotos, marinheiros e, sobretudo, propiciando avanços científicos na área da cosmografia⁴, o que resultou numa melhor qualidade e segurança nas atividades náuticas. A navegação ganhou, um novo método astronômico que permitia uma orientação mais segura, com a introdução de um meridiano graduado nos mapas, possibilitando a leitura das latitudes, com uso do astrolábio⁵.

Ainda sobre a escola portuguesa Santos comenta:

³Disponível em:<<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/cartografia-resumo-dicas-e-questao-comentada/>> Acesso em: 15 jan. 2019.

⁴Cosmografia: na Antiguidade Clássica e no auge da Idade Moderna as atribuições dadas a cosmografia envolviam Astronomia, Cartografia, Náutica e Geografia,

⁵O astrolábio é um instrumento naval antigo, usado para medir a altura dos astros acima do horizonte, possibilitando determinar a latitude de uma embarcação no mar.

O que temos de concreto é o fato de Portugal ter sido uma das maiores potências durante o período das conquistas marítimas, e isso nos remete ao seu domínio tecnológico que contribuiu, fundamentalmente, para as atividades marítimas. Outrossim, fica evidente que houve um espaço de organização, liderado por Dom Henrique, de estratégias e tecnologias para as atividades marítimas, o que contribuiu para a formação do conhecimento cartográfico desenvolvido especificamente com o objetivo de favorecer o Estado português (2016, p. 5).

Outra influência na cartografia oficial foi a escola geográfica alemã, esta escola traz uma perspectiva muito interessante sobre o estudo geográfico, sendo descrita como uma justificativa para a necessidade da conquista territorial e como sendo algo natural e que preexistia no instinto natural do homem. Neste aspecto a cartografia vai aos poucos passando da concepção pura de mapa para uma perspectiva de territorialismo, inaugurando o que Ratzel (2017) “chamou de espaço vital”. Como podemos perceber a escola geográfica alemã não restringe o conhecimento geográfico a um grupo privilegiado de cientistas que seria responsável pela feitura e pela validação dos mapas, mas sim considerava o conhecimento dos diversos autores sociais do território.

Já a escola cartográfica francesa se contrapõe as ideias da geografia alemã por estar ligada a duas vertentes: uma voltada a universitários, professores e pesquisadores, e outra praticada pelos estados-maiores, pelas grandes empresas capitalistas, pelos aparelhos do Estado. Nesse sentido, a geografia francesa é vista como um instrumento de poder e de estratégia na organização de território pelo Estado, por abarcar um conjunto de práticas políticas militares, sendo deliberadamente um instrumento de poder.

Podemos perceber que as três principais escolas estudadas aqui possuem concepções diferentes, porém as práticas parecem-nos semelhantes, pois trabalham com uma ideia central que é o conhecimento cartográfico e geográfico construídos pelos cientistas.

Embora, estas escolas geográficas tivessem o objetivo de traçar rotas, ser instrumento de poder e de conquista territorial, é possível perceber que em todos os casos existe o elemento humano.

Assim, se percebermos bem, assinalar os espaços, marcar as rotas, sempre fez parte de nossa vida, se buscarmos a fundo vamos perceber a presença da cartografia em nosso cotidiano, mesmo que de maneira inconsciente, seja quando memorizamos o carrero⁶, o limite da comunidade, o local exato onde fica o rio, onde se encontram os campos de extração da gariroba⁷, ou mesmo quando determinamos onde e como será usada cada parte da

⁶Carrero para as pessoas da comunidade Káagados se refere ao caminho, ou trilha que leva à casa, à roça, ao rio, etc.

⁷Uma espécie de Palmeira que produz palmito para alimentação e remédio para as pessoas da comunidade

comunidade para roça, para o pasto, para solta⁸ etc. Ao fazer parte da vida humana e incorporar elementos naturais, a cartografia incorpora, também, outro aspecto, passa a representar aquilo que está estritamente ligado ao ser humano, ao modo de ser, à cultura, a terra, à vida cotidiana o que Santos (2016) e Acsehrad (2010) chamaram de cartografia social

1.2 Cartografia social

A Cartografia Social é um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

Para Dorival dos Santos (2016, p. 274) a cartografia social é um campo de conhecimento que se estabeleceu no âmbito da geografia que vai além do simples mapeamento de espaços, é um processo de construção coletiva no qual o mapa é resultado de uma relação entre pesquisadores e agentes sociais e possui como elemento fundamental, a participação de ambos na feitura dos mapas.

O primeiro estudo sistemático reconhecido como mapeamento participativo remonta da década de 1970, no Canadá, a partir do desenvolvimento do “Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós”. Participaram deste projeto centenas de esquimós e foram produzidos mais de duzentos mapas de uso e ocupação da terra.

Nessa perspectiva, pode-se citar alguns trabalhos no mundo onde se utilizaram métodos de mapeamento participativo, com finalidades diversas, como na:

- Europa: reivindicações de recursos naturais, como fontes de água, florestas comunitárias, áreas de pastoreio;
- África: mapeamento relacionado às questões de proteção dos usos das terras e do modo-de-vida tribais, problemas com mineração e construção de grandes obras hídricas, e discussão de questões geopolíticas;
- Ásia: situação territorial, econômica e política, diagnóstico das fontes de água, discussões referentes às questões de gênero, gerenciamento de unidades de conservação, manejo de agricultura em áreas montanhosas, conflitos relacionados aos recursos florestais;
- América do Norte: mapeamento de terras indígenas (índios Cherokees);
- América Latina: mediação de conflitos na floresta amazônica, demarcação de terras indígenas e de quilombolas, diagnósticos socioculturais e econômicos, manejo de fontes de água, etc. (SANTOS, 2016).

⁸Área determinada para preservação da mata, mas que se usa para o cultivo do gado solto.

No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner, professor da Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto foi uma experiência de mapeamento social realizado na área correspondente ao Programa Grande Carajás (projeto de exploração mineral) iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro.

Desde então existem centenas de programas, projetos, experiências e vivências, desenvolvidas em diversas áreas do conhecimento (ciência, arte e educação), por universidades, organizações não governamentais, associações de moradores, sindicatos, redes interpessoais, coletivos, grupos virtuais, organizações religiosas, ativistas e mesmo artistas plásticos, que incorporam as técnicas e metodologias de mapeamento participativo da Cartografia Social em suas ações, adaptando os conteúdos e as construções dos produtos cartográficos, conforme a realidade de cada comunidade (rural, urbana, presencial, virtual, tradicional, etc.) e de cada objetivo a que se pretende atingir (legalização de terras públicas, posse legal da terra, melhorias habitacionais, publicização de fenômenos e/ou situações de vida, divulgação de serviços, infraestrutura e/ou cultura de um determinado lugar/ povoação, etc.).

1.3 O território – espaço do homem

O território, para Milton Santos (2005), não é organizado somente pelo Estado, como também, não está restrito à dimensão política do espaço, ou seja, não é apenas um espaço delimitado pelas relações de poder. Há também o uso e apropriação do território por outros agentes sociais. Em uma sociedade urbana por exemplo o conceito de território, em sua essência não é muito diferente da noção que se tem em uma comunidade quilombola, tanto em uma como na outra, ambas almejam um espaço que possa garantir a sua subsistência. Porém, em um território urbano, como é o caso de algumas comunidades quilombolas urbanas por exemplo para citar alguma: a Comunidade Quilombola Brotas situada no município de Itatiba/SP (a primeira em área urbana a ser reconhecido oficialmente no país⁹) busca-se garantir a sua subsistência a partir (mas não só) da exploração dos recursos naturais existente no espaço.

⁹ Informações no site da Fundação Palmares < <http://www.palmares.gov.br/?p=3129>>

Abaixo é possível visualizar duas imagens do Quilombo Brotas¹⁰ da cidade de Itatiba/SP, na figura nº 1 ao final da Rua Filomena Zupardo uma das entradas do quilombo e na figura nº 2 o portão de entrada do Quilombo.



Figura nº 1 Márcia Lúcia Anacleto



Figura nº 2 Márcia Lúcia Anacleto

Já em uma comunidade quilombola rural procura-se criar formas de manejos da terra que possibilitem uma harmonia entre a vida que se leva e o espaço que se ocupa.

¹⁰ Fotos de Maria Lúcia Anacleto disponível em:
http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251605/1/Souza_MarciaLuciaAnacleto_M.pdf

O território de uma comunidade quilombola pode ser descrito como um espaço essencial à vida, no sentido mais amplo, uma noção diferente da que se tem em meio a sociedade urbanizada, como afirma Milton Santos (2012, p. 29) porque o espaço sofre os efeitos do processo “a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam”. A noção de espaço em uma sociedade “desenvolvida” produz miséria e mata o seu povo pela exploração (natural e física). Parece ser consenso que a vida urbana é mais desenvolvida na mesma lógica da monocultura de que nos fala Boaventura de Sousa Santos (2002). Isto é, na cidade se dá mais valor à produção do que a vida de seus habitantes e isso cria nos grandes centros urbanos um caos social. Mais uma vez recorremos às palavras de Milton Santos para deixar o mais claro possível o quão doentio é a percepção do mercado sobre a relação do homem com a terra, com a sua produção de subsistência

[...] como não produz mais para prover às suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser uma mercadoria, um valor de troca no mercado de trabalho (2012, p.29).

A sociedade capitalista faz com que o homem ao invés de olhar para si, veja através das necessidades impostas por um sistema mercantilista que privilegia uns enquanto outros são postos às margens. Dessa forma as pessoas não conseguem nem mesmo realizar suas próprias vontades e nem a vontade do sistema, elas são trocadas como mercadoria, sem valor algum, apenas para satisfazer o desejo de poder e de enriquecimento das elites.

As comunidades quilombolas por sua vez, se organizam também em sociedade, mas diferente de uma sociedade capitalista que olha a terra apenas como mercadoria. As comunidades quilombolas veem a terra como um bem material, porém algo a ser zelado, conservado, pois a sua existência depende do estado em que o seu território se encontra, podemos com isso afirmar que sem o território não é possível a existência da comunidade.

Talvez, isso explique o porquê da luta das comunidades quilombolas pelo seu território, pois sem ele sua existência está ameaçada como afirma Milton Santos em seu livro *Pensando o Espaço do Homem*.

Devemos-nos para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberto a contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche;

um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (2012, p. 41).

Portanto, para uma comunidade quilombola, o território é sinônimo de vida e um espaço que se caracteriza por ter uma função e uma concepção da terra muito diferente da noção que se tem em um latifúndio, por que a comunidade não explora a terra até a exaustão dos recursos dela. A própria ideia do latifúndio tem uma conotação muito forte quando nos referimos a uma comunidade quilombola isso porque que a terra representa e serve para a sua subsistência, cultivando em um espaço de roça e preservando outros de matas nativas; praticando um tipo de agricultura fundamentada em ideias ecológicas. Muito diferente do que se percebe no discurso dos ruralistas do Brasil atual que tentam justificar a existência dessas grandes propriedades inserindo-as no agronegócio, desmatando a floresta e exaurindo a terra com agrotóxicos.

1.4 O direito a terra

No Brasil, de índios e negros, a obra colonial de Portugal foi também radical. Seu produto verdadeiro não foram os ouros afanosamente buscados e achados, nem as mercadorias produzidas e exportadas. (...) Seu produto real foi um povo-nação, aqui plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera do seu destino. Claro destino, singelo, de simplesmente ser, entre os povos, e de existir para si mesmos (Ribeiro, 1995, p. 68).

Darcy Ribeiro no seu livro “O povo brasileiro” (2006) indica um conjunto teórico, a partir das suas pesquisas, que evidenciam a sua preocupação em entender, antropológicamente, o processo de formação nacional e das diferenças sociais do povo brasileiro ou como ele mesmo diz (p. 13) “A necessidade de uma teoria do Brasil, que nos situasse na história humana[...]”.

As discussões de Ribeiro (2006) são densas, entretanto, tentar-se-á traçar algumas linhas que incorpore as suas ideias do contato interétnico enquanto elementos formadores da organização do povo brasileiro, dentro de uma perspectiva interessada em tratar do negro nesse contexto de formação e do índio como “dono primeiro” do espaço brasileiro. Ribeiro vê a mestiçagem como o elemento central da formação do brasileiro, fruto do deslocamento espacial e cultural, de várias matrizes étnicas.

Comenta que a costa atlântica por milênios foi percorrida e ocupada por inúmeros povos indígenas. Portanto, essas terras já tinham donos quando chegaram por aqui os europeus. Chegaram atuando de forma destrutiva em vários aspectos no biótico, no ecológico, no econômico, no social e no étnico-cultural. Transformando não apenas o território e os

espaços, mas as gentes que aqui viviam aqui por meio, também, da miscigenação. O que Ribeiro chamou de “gestação de uma etnia nova” (2006, p. 27). Assim, consideramos que surgimos da confluência do invasor português com o índio silvícola e com o negro africano, chamada pelo autor de “uma etnia nova”.

Nesse contexto, os africanos não chegaram como imagina a visão mais tradicional, num vazio criado pela “dizimação” dos índios. As primeiras décadas do século XVI assistem à criação de um mundo luso-tupi, e é neste mundo, radicalmente diferente do europeu, que se integram os africanos, os quais, durante muito tempo, se limitaram às regiões centrais de exploração açucareira e depois a aurífera. Ribeiro (1995, p. 149-60) comenta que os núcleos agrícolas ligados à produção açucareira, que eram bastante isolados entre si, constituíam verdadeiras “ilhas” linguísticas, onde era possível observar indivíduos negros oriundos de várias e diferenciadas regiões e culturas africanas.

Assim, podemos dizer que os negros foram introduzidos no Brasil por meio de enormes contingentes de escravos, destinados a atender os projetos produtivos da cana de açúcar e do ouro, vieram principalmente da costa ocidental africana – Yorubá, Dahomey, Fanti-Ashanti para incrementar a produção açucareira e mineração.

Os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente no universo cultural da nova sociedade. Dão, apesar de circunstâncias tão adversas, um passo adiante dos outros povoadores ao aprender o português com que os capatazes lhes gritavam e que, mais tarde, utilizariam para comunicar-se entre si. Acabaram conseguindo aporuguesar o Brasil, além de influenciar de múltiplas maneiras as áreas culturais onde mais se concentraram, que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país. Hoje, aquelas populações guardam uma flagrante feição africana na cor da pele [...] (Ribeiro, 2006, p. 103)

Nestas terras tocantinenses se instalou um número considerável de negros escravos para trabalhar na mineração. Moura (2012, p. 63) cita Parente (1999) para contabilizar os negros entre os anos de 1739 e 1740 na região de Arraias/TO

Nos anos de 1739 e 1740, o total das matriculas foi de 7.346 e 5415, respectivamente. Novos dados vão aparecer somente a partir de 1741, perfazendo um total de 15.321 cativos- a intendência do sul contava com 8.324 matrículas. As demais estavam assim distribuídas nos julgados do Norte: São José do Tocantins, 2.666, São Félix, 432; Natividade, 730 e Arraias, com a maior quantidade, 3.169 escravos – por suas minas terem sido recentemente descobertas e ainda se acharem em fase de grande produtividade. (p. 75 e 76).

Assim na região de Arraias/TO, o negro compôs o contingente fundamental de mão de obra escrava para incrementar a produção de ouro. Dessa condição de escravo só era possível

sair pela morte, pela fuga ou alforriado pelo desgaste, assim o senhor não teria que alimentar um escravo improdutivo. Largados a própria sorte os que não morriam iam se fixando em algum pedaço de terra que um momento ou outro poderia ser reclamado.

O direito à terra sempre foi difícil aos negros no Brasil e isso não é novidade para ninguém, por que a grande maioria deles não tinha condições financeiras para adquirir a posse da terra. Sabemos bem que durante os anos de escravidão no Brasil os negros e as negras trazidos da África e os nascidos aqui, eram para servir aos patrões, aos senhores donos de engenhos, de minas de extração de ouro, de lavoura de café e de cana.

[...] uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontade e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais (RIBEIRO. 2006, p. 105).

O simples fato de nascer com uma quantidade maior de melanina na pele era e ainda é determinativo para que uma pessoa tenha seus direitos negados.

Devido essa situação vivida, muitos negros e negras fugiam das fazendas em busca da liberdade que lhe foi tirada quando eram colocados a força nos navios negreiros e trazidos ao Brasil para serem escravos. Sabemos que a história do negro escravo não teve início com o tráfico de escravos para o Brasil. Essa história é bem mais antiga, a literatura expõe essa situação largamente, por isso é preciso entender e mencionar como foi possível que milhões de homens, mulheres e crianças fossem aprisionados e trazidos nos porões de navios destinados às Américas. No século XV quando os europeus chegaram à África encontraram um modo de vida social distinto. Havia reinos bem consolidados e poderosos, mas também, pequenas aldeias agrupadas por laços de descendência ou linhagem. No entanto a expansão dos reinos podia implicar em guerras e subjugação de um povo a outro. Nesses confrontos era comum que os vitoriosos fizessem escravos dentre os membros de um vilarejo vencido em luta, os chamados escravos domésticos, aprisionados para serem utilizados como mão de obra em trabalhos gerais, na agricultura etc. Portanto, *eram negros escravizando negros*. Entretanto, a escravidão africana doméstica foi transformada, significativamente, com a ofensiva dos muçulmanos que organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial de grande escala na África. Não se tratava mais de alguns poucos cativos, mas de centenas deles a serem trocados e vendidos, tanto dentro da própria África quanto no mundo árabe e, posteriormente, no tráfico transatlântico para as Américas. Portanto, o comércio de escravos na África já existia muito antes da chegada dos europeus.

Porém é bom salientar que a escravidão de negros por negros também aconteceu no Brasil. Um próspero fazendeiro e banqueiro brasileiro nos tempos do Império, dono de imensas fazendas de café, centenas de escravos, empresas, palácios, estradas de ferro, usina hidrelétrica e de um título de barão concedido pela própria Princesa Isabel, foi o mineiro Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, que não era muito diferente de outros nobres dessa época não fosse um detalhe importante: *ele era negro* em um país escravocrata. Também no final do século XVIII, o maior traficante de escravos para o Brasil era um negro, alforriado na Bahia chamado de Zé Alfaiate, que já era conhecido por causa de sua profissão como costureiro, viajou a África e por lá se casou e se transformou em um dos principais traficantes de escravos para o Brasil.

Assim, os escravos passaram a ser um bem valioso para muitos reinos africanos, reforçando o poder de chefes dispostos a guerrear contra seus povos com o único propósito de fazê-los cativos e alimentar o comércio com os árabes e com os europeus. No Brasil esses negros também eram vistos como bens materiais, adquiridos para servirem de escravos domésticos e mão de obra para tocar as fazendas.

Portanto, não é possível falar do direito à terra para o povo negro sem antes destacar que a partir do momento em que eles eram colocados nos navios negreiros, tinham sua primeira perda, o direito a sua nacionalidade, a língua nativa, o pertencimento a um grupo e a liberdade de ir e vir.

Nos navios negreiros perdiam sua humanidade, pois a partir desse momento eram vendidos e transportados como mais uma mercadoria entre outras. Os que chegavam vivos ao Brasil, perdiam o seu idioma, pois eram colocados juntos com grupos diferentes que não falavam a mesma língua, não cultuava a mesma religião, não tinham a mesma cultura; com isso acabavam por perder também a sua identidade.

Fartos dessa vida de cativos, alguns fugiram para os lugares mais remotos, longe do chicote e das armas dos senhores. Encontraram a força e a coragem para tentar reconstruir aquilo que haviam perdido ao serem tirados de seus lugares de origem. A partir dessas fugas surgem os diversos quilombos espalhados pelo país, onde mesmo diante das diversas dificuldades enfrentadas os negros e as negras se reergueram, e resistem até hoje lutando contra a dominação capitalista de alguns homens brancos. Nesses espaços de refúgio os quilombolas puderam, além da sua liberdade, tentar recuperar parte de sua cultura, sua religiosidade, sua tradição, etc. Queremos com isso afirmar, que não é possível falar dos territórios quilombolas sem antes considerar toda essa trajetória de luta que os negros vêm

travando contra o mundo e também contra o estado brasileiro, que sempre colocou seus povos às margens da sociedade no que diz respeito aos direitos básicos e fundamentais.

Depois de percorrido esse histórico e após séculos de muita luta é publicado em 2003 o Decreto 4.887 de 20 de outubro, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, tal decreto tem sido a principal ferramenta jurídica de luta pela garantia dos direitos quilombola e indígenas no Brasil. A partir de então, as comunidades quilombolas legalizaram o direito ao território, que já era garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, atualmente, mesmo após mais de 16 anos de publicação essa lei, ainda não é cumprida pelas autoridades competentes em muitas localidades.

A importância desse decreto reside no fato que a partir dele as comunidades quilombolas passaram a ter um instrumento legal que possibilita a busca pelos seus direitos. No entanto, é claro que após essa publicação acabaram-se intensificando ainda mais os conflitos entre as comunidades, os ruralistas e os fazendeiros, porque uma vez que a lei se fizesse valer e fosse colocada em prática os direitos das comunidades deveriam ser garantidos. Isso fez com que o Decreto 4887/2003, se tornasse alvo dos grandes proprietários de terra, buscando por meio de ferramentas jurídicas ações que pudessem tornar a legislação inconstitucional, por exemplo a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 3.239.

Porém, o Decreto é claro quando reza que:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Esses são os marcos históricos de lutas e enfrentamentos os quais, desde muitos anos o negro tem sido o protagonista principal.

1.5 Ser Quilombola

O termo quilombo ou quilombola é um desfecho que se deu a partir da luta dos movimentos negros rurais no Brasil, para que o estado brasileiro reconhecesse e criasse políticas específicas para esses povos, que devido ao processo de colonização foram prejudicados na sociedade brasileira.

Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003,

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Idem).

Ao tentarmos caracterizar o negro que se estabelece nesta região de Arraias/TO esbarramos na questão da escassez de uma bibliografia ou de estudos realizados sobre o tema que pudessem fundamentar e documentar os fatos. Moura (2012) comenta que esta situação se dá pelo fato de não existir uma estatística sobre o tráfico na região e pela falta de identificação da etnia dos inúmeros grupos de africanos comercializados e trazidos para o norte de Goiás e sudeste Tocantinense.

Então optamos por caracterizar os quilombolas da região de Arraias/TO a partir do que recomenda a lei da auto-atribuição.

Evandro Moura Dias: Ser quilombola é você ter algumas características que põe você como quilombola, a formação da identidade, seu contato com a terra, seu processo de luta, na comunidade que a gente tem aqui uma coisa em comum que tem em todas as comunidades é o conflito com os fazendeiros, essa questão da grilagem dos fazendeiros chegar e querer tomar as terras das comunidades, a questão da violência contra o povo na comunidade, e ser quilombola é ser uma comunidade, ser uma família e ser negro, ser e viver da terra. Os quilombolas descendem dos povos africanos que foram tirados das terras deles na África e foram trazidos para o Brasil pra poder trabalhar nas mineradoras de ouro, aqui no município de Arraias mesmo é famosa por ter tido um grande peso de negros que foram trazidos pra trabalhar nas minas de ouro. Aqui do município de Arraias nos negros não estamos ai pra poder tá servindo, e sempre lutando por nossa liberdade, ai fugiram, ai onde surge a comunidade Lagoa da Pedra, ai o povo foi fugindo pra estes lugares mais remotos, aqui é um lugar remoto, por que aqui é insulado de tudo, esses lugares não tinham

acesso dos senhores aqui. E assim a gente surge da descendência de pessoas vindas da África, não é que eles eram escravos, eles foram usados como escravos, mas eram pessoas livres que foram trazida pra cá a força e aqui a gente também tentou buscar a liberdade e nisso cria as comunidades insoladas de tudo, é isso (Fascículo, 2018, p. 5)¹¹.

Informações constantes no site da Fundação Palmares¹² quanto à caracterização diz que:

Quilombolas são, de modo geral, comunidades oriundas daquelas que resistiram à brutalidade do regime escravocrata e se rebelaram frente a quem acreditava serem eles suas propriedades. As comunidades remanescentes de quilombos se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras.

Embora, a maioria, esmagadora, encontrem-se na zona rural, também existem quilombos em áreas urbanas e periurbanas. Em algumas regiões do país, as comunidades quilombolas, mesmo aquelas já certificadas, são conhecidas e se autodefinem de outras maneiras: como terras de preto, terras de santo, comunidade negra rural ou, ainda, pelo nome da própria comunidade (Gorutubanos, Kalunga, Negros do Riacho, etc.).

De todo modo, é possível concluir que quilombola, remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que tenta dar conta de uma realidade extremamente complexa e diversa, que implica na valorização de nossa memória e no reconhecimento da dívida histórica e presente que o Estado brasileiro tem com a população negra.

Ser quilombola é sinônimo de solidariedade, distinguido por um lado pela existência de laço que os unem e outro pelo uso coletivo da terra, formando as bases de uma sociedade fraterna e livre de formas cruéis de preconceito e de desrespeito. Partindo desse conceito de comunidades é importante lembrar que os quilombos não foram formados unicamente de negros fugitivos, sabemos que muitas comunidades quilombolas foram formadas após a promulgação da Lei Áurea¹³ (Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888), pela

¹¹Entrevista de Evandro Mouro Dias. Fascículo n.º 2, fev. 2018 – Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central.

¹² Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126> Acesso 20 jan. de 2019.

¹³Brasil. Lei n.º 3.353, de 13 de Maio 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm> Acesso em 20 de abr. De 2019.

forte razão de ser a única possibilidade do negro viver em liberdade a sua cultura, a sua dignidade, da sua vivência cotidiana.

As comunidades quilombolas nascem dos conflitos, e da falta de humanidade, não dos quilombolas, mas, daqueles que se julgavam melhores que esse povo sofrido. Infelizmente nossa sociedade foi estruturada de modo que os negros e as negras eram e ainda continuam sendo vistos como inferiores. Hoje lutam para não perder essa definição de quilombola que adotaram e que faz parte da sua identidade pois, representa a luta coletiva que enfrentam.

Ser negro é sinônimo de dor, de esquecimento, sinônimo de correntes, e do tronco da chibata, é sinônimo de trabalho duro sem reconhecimento, mas ser negro é também resistir, nunca perder a esperança, ser negro é sinônimo de luta, ser quilombola nada mais é do que um termo que representa toda nossa luta, todo o sangue derramado e o sinal de que podemos renascer e ascender rumo ao nosso objetivo maior: a liberdade, o respeito e a visibilidade.

CAPÍTULO II- METODOLOGIA

Metodologicamente a pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Essa abordagem qualitativa tem entre as características possibilitar a compreensão dos fenômenos através da coleta de dados narrativos, estudando as qualidades e experiências individuais. A pesquisa qualitativa reúne dados que são densamente descritivos, como entrevistas e observações. Utiliza-se uma amostra, neste caso membros da comunidade, a fim de obter uma compreensão aprofundada do objeto de estudo em ambiente natural como fonte dos dados. Assim, esse estudo busca trazer dados no âmbito do Projeto Cartografia Social, realizado na Comunidade Káagados do distrito de Canabrava, município de Arraias. Dessa forma, procuramos entender quais as consequências, para a comunidade, no âmbito da cultura, da luta pela terra, da religiosidade, da identidade, e da resistência da comunidade em meio à realidade vivida.

Para isso, será desenvolvido um estudo de caso, a fim de possibilitar uma compreensão ampla sobre as consequências do Projeto Cartografia Social, realizado na Comunidade Quilombola káagados e, posteriormente, estudar o seu impacto por meio de análises dos dados coletados no contexto, fazendo alguns apontamentos críticos que nos possibilite ver os resultados positivos ou negativos que esse Projeto trouxe para a comunidade. Assim, corroborando com Chizzotti e fazendo nossas as suas palavras, entendemos que:

O processo de pesquisa é um conjunto de operações sucessivas e distintas, mas interdependentes, realizadas por um ou mais pesquisadores, a fim de coletar sistematicamente informações validas sobre um fenômeno observável para explicá-lo ou compreendê-lo. É um trabalho complexo que reúne diferentes competências (escrever, sistematizar, analisar), organização pessoal e o domínio de técnica especializada (documentação, instrumentos de pesquisa etc.) (Chizzotti, 2008, p. 35).

2.1 O estudo de caso como estratégia da investigação

O estudo de caso foi o método escolhido para a realização deste trabalho por parecer permitir uma melhor inserção no contexto que se deseja estudar. Assim, quando alinhada com análise qualitativa dos dados levantados, são infinitas as possibilidades descritivas, ricas em detalhes, pois essa estratégia de investigação é a que melhor se adapta aos diversos meios sociais. Ela transpassa as barreiras tecnicistas e nos permite cooptar dados com maior facilidade, pois nos possibilita trazer os atores sociais para dentro da pesquisa sem tirá-los de seu ambiente natural. Dessa forma, estudaremos a Comunidade Quilombola Káagados em

todos os pormenores que dizem respeito ao momento pós Projeto Cartografia Social até os nossos dias, ou seja, abrangendo os anos 2016 à 2018.

A escolha desse caso é feita por razões do extraordinário interesse que apresenta para o “caso” em estudo (a Comunidade Káagados), bem como pelo fato de o desenho da pesquisa privilegiar, deliberadamente, a descrição intensiva do fenômeno. Ou seja, quando elegemos um caso, é porque ele próprio nos desperta um interesse especial e anseio de conhecê-lo o mais pormenorizadamente possível para, a partir dos resultados, propor soluções e fazer novas considerações. Dessa forma, entendemos como “caso” o que Stake (2009) define - um caso é uma unidade específica, um sistema delimitado cujas partes são integradas.

Outra definição pertinente é a feita por Chizzotti (2008, p.136) que argumenta ser o estudo de caso uma estratégia de pesquisa que caracteriza-se, justamente pelo interesse em reunir dados relevantes sobre o objeto a ser estudado. Assim os estudos de caso visam explorar, [...] um caso singular, situado na vida real contemporânea, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar[...].

Da mesma maneira, entendemos que a comunidade Káagados deve ser estudada como um sistema delimitado, embora sofra a influência de diferentes aspectos que se ligam a esse sistema, como o contexto físico, o sociocultural, o histórico, o territorial, o econômico, o político no qual a comunidade está inserida.

Portanto, neste estudo procurar-se-á retratar a realidade de forma completa como Lüdke e André colocam,

[...]a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja mais verdadeira. Assim, são dados vários elementos para que o leitor possa chegar às suas próprias conclusões e decisões, além, evidentemente, das conclusões do próprio investigador (1986, p. 20).

2.2 O problema

A Comunidade Káagados do distrito de Canabrava no município de Arraias, desde muito tempo sofre com a disputa pela terra em consequência da invasão indevida dos grandes latifundiários e grileiros, pelo abuso das autoridades quando mediavam o conflito, para além de outras situações de cunho social, ambiental, econômico e educacional. Ou seja, a falta de uma assistência básica e de políticas públicas. Esta situação começou a mudar a partir do momento em que a comunidade teve o reconhecimento dado pela Fundação Cultural Palmares e pelo respaldo do Projeto Cartografia Social da Comunidade Káagados. Dessa forma, a intenção deste estudo é averiguar o que de fato mudou na vida da comunidade após o projeto

cartografia? Será que a comunidade, após o projeto está inserida social, econômica, cultural e politicamente? O quê de fato mudou na vida dos cidadãos? A comunidade passou a ter mais visibilidade?

2.3 A hipótese

Hipoteticamente pensamos que o Projeto Cartografia Social, permitiu que a comunidade pudesse ter maior visibilidade diante da própria comunidade, da comunidade externa e das autoridades locais. Parece-nos que essa situação diminuiu significativamente os conflitos existentes com os fazendeiros locais e grileiros, dando à comunidade maior segurança no que se refere a sua resistência na luta pelo seu território e a sua integridade. Além de nos dar a impressão de contribuir com os debates sobre o fortalecimento da identidade e da conquista do cadastro ambiental rural da comunidade nos moldes constitucionais.

2.4 Objetivo Geral

Analisar a situação social, territorial, econômica, identitária e cultural da Comunidade Quilombola Káagados do Distrito de Canabrava do município de Arraias/TO, tendo como base os resultados do Projeto Cartografia Social realizado nos anos de 2016 a 2018.

2.4.1 Objetivos específicos

- a) Averiguar o impacto do Projeto Cartografia Social na comunidade;
- b) Mostrar os elementos que compõem o contexto social, territorial, econômico, identitário e cultural da comunidade;
- c) Identificar os aspectos de fortalecimento da identidade dos membros da comunidade;
- d) Descrever o processo de luta da comunidade pelo território;
- e) Levar ao conhecimento do público em geral os problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas, especificamente a Comunidade Káagados.

2.5 Procedimentos

Os dados da pesquisa serão recolhidos por meio de entrevistas, da observação participante e das anotações minuciosas do diário de campo. A maior parte das questões que

envolvem o contexto da Comunidade será observado e estudado no que tange as questões econômicas, educacionais, políticas, sociais, culturais, identitárias e territoriais.

A pesquisa foi realizada em etapas:

- a) Estabelecemos um período de observação participante com o objetivo de averiguar o que era mais pertinente sobre a comunidade, o território, a dinâmica da comunidade, o dia a dia dos sujeitos, o ambiente cultural e ações desenvolvidas nos contextos;
- b) A partir dos conhecimentos adquiridos da observação inicial, desenvolvemos um plano de ação: elaborarmos um guia de entrevistas, um cronograma para a realização das entrevistas, das observações e de visitas à comunidade;
- c) Como próximo passo, durante as visitas o pesquisador acompanhou o dia a dia e estabeleceu o contato com os sujeitos que participaram das entrevistas, recolheu as cartas de autorização para as entrevistas e começou a coletar os dados;
- e) Na quarta etapa fizemos as transcrições das entrevistas, a análise dos dados provenientes das observações e das respostas dadas às entrevistas e elaboramos o relatório final do estudo.

2.6 Técnicas de coleta dos dados

2.6.1 A observação participante

A observação participante é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitem, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade (ANGUERA, 1985). A observação participante é dinâmica e envolvente e, é realizada em contado direto, frequente e prolongado do investigador no meio estudado.

A observação direta ou participante é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para reconhecer as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seu ponto de vista (Chizzotti, 2008, p. 35).

2.6.1.1 Descrição da observação feita na comunidade

As observações na comunidade para este estudo começaram em janeiro de 2017, quando deu início o projeto de TCC I no curso de Educação do Campo/UFT/Arraias. A princípio o tema era sobre a cartografia social na comunidade quilombola Káagados: identificando e enfrentado os problemas da comunidade a partir de sua historicidade. Embora esse tema não tenha ido à diante, por mudanças de orientador, a essência do trabalho continuou, ou seja fazer um breve estudo sobre o projeto cartografia e seus impactos na comunidade quilombola Káagados, Por ser membro da comunidade e ser o presidente da associação da comunidade a observação aconteceu de forma participativa. A observação parte de uma relação íntima de vivência e da confiança com a comunidade, por sempre lutar pelo seu povo. Para que esta pesquisa fosse feita na comunidade partimos do princípio de que este trabalho seria uma observação do resultado de um trabalho que tinha sido iniciado no ano de 2016-2017 - O projeto cartografia social da Comunidade Quilombola káagados.

Como dito anteriormente, por fazer parte da comunidade pudemos observar a forma que o Projeto Cartografia se configurou na comunidade, e por meio de conversas informais tentamos ver qual o entendimento das pessoas sobre ele e sobre o pós-projeto. Embora as pessoas já tivessem ideias sobre o projeto, retomamos as informações sobre ele, buscando deixá-los o mais informados possível e lembrá-los sobre o que e como foi o projeto cartografia e sobre o leis que poderiam dar-lhes algumas oportunidades. Claro que em qualquer sociedade as pessoas pegaram apenas a parte das informações que julgavam importantes para o momento. Entendemos que tratou-se de um tema complexo e que para que a comunidade tivesse uma maior clareza sobre a cartografia e suas possibilidades precisamos de tempo para perceber as consequências e muito debate sobre o assunto, pois questionávamos sobre a posse da terra, a legalização, legitimação e as consequências para a vida das pessoas.

2.6.2 A entrevista semiestruturada

Elegemos a entrevista semiestruturada como um dos processos de coleta dos dados, pois, ela traz muitas vantagens por ser um processo de interação social, podendo ser utilizada com todos os segmentos da população (alfabetizados ou não). Neste tipo de entrevista, o pesquisador poderá repetir a pergunta; formular de maneira diferente; garantindo que será compreendido. Permite também obter dados que não se encontram nas fontes documentais, por isso pode ser considerada como informações precisas. A entrevista “é um procedimento

utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 84)

Portanto, a entrevista semiestruturada oferece melhores resultados quando se trabalha com diferentes grupos de pessoas como é o caso da Comunidade Káagados do distrito de Canabrava/Arraias- TO.

A entrevista dirigida em pesquisa é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenha essas informações e possam emití-las. [...]. E, pois, um diálogo preparado com objetivos definidos e uma estratégia de trabalho (Chizzotti, 2008 p. 36).

As entrevistas ocorreram nas casas das pessoas e nos espaços públicos da comunidade nos quintais, nas roças, etc.

2.7 O contexto do projeto

O contexto em estudo é a comunidade quilombola Káagados, que se localiza no sudeste do Estado do Tocantins, no distrito de Canabrava, no município de Arraias. O município de Arraias, segundo o censo de 2010 possui uma população de 88,52% de negros e pardos, para além de ser considerado campo com traços de urbanização.

A comunidade Káagados é um aglomerado rural que sobrevive da agricultura familiar, em sistema comunitário agrícola. A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2014.

2.8 Colaboradores na investigação

Os colaboradores na pesquisa foram pessoas da comunidade que concordaram em participar do estudo, que foram devidamente informados sobre a investigação e assinaram uma carta de aceite.

CAPÍTULO III- ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Ao entrar no curso de educação do campo na Universidade Federal do Tocantins/UFT, disseram-nos que os alunos ao final do curso poderiam fazer um projeto de intervenção em suas comunidades, este tinha que ser um projeto que mudasse a realidade da comunidade, inicialmente pensou-se em coisas grandiosas a serem feitas na comunidade, sentamos junto com as pessoas da comunidade para ver o que poderíamos fazer, mas no decorrer do curso percebemos que, infelizmente, a ideia inicial não poderia ser realizada. Houve um momento de frustração, mas como na comunidade quilombola Lagoa da Pedra foram feitos muitos projetos que tiveram efeitos catastróficos na estrutura que se erguia na comunidade hoje entendemos que foi melhor assim. Esses projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) propuseram uma associação estruturada (desprezando a existente há anos), eventos culturais e empreendimentos, porém, nada disso foi de fato desenvolvido, mas os impactos ficaram na comunidade. Dessa maneira optou-se, então que este trabalho seria uma análise sobre os impactos do Projeto Cartografia Social feito na Comunidade Káagados nos anos de 2016 a 2017, novamente foi apresentado essa proposta de trabalho para comunidade, procurando trazer um pouco da importância ou não desse projeto para comunidade e de certa forma dar visibilidade sobre a existência dessa comunidade, o desenvolvimento dos modos de vida, da cultura e da luta dos quilombolas da Comunidade Káagados.

3.1 A comunidade Káagados

A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2014. A comunidade Káagados está localizada a 78 km da cidade de Arraias e a 40 km da comunidade quilombola Lagoa da Pedra, uma das primeiras comunidades do Estado do Tocantins a ser reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. Na comunidade Lagoa da Pedra existem alguns moradores que também são da comunidade Káagados. Essa proximidade fez com que o termo quilombola não fosse algo desconhecido pela comunidade Káagados, apesar de não compreender intimamente o termo, eles sabiam que ao se tornarem uma comunidade quilombola, tal qual a Lagoa da Pedra, teriam, de alguma forma o apoio da justiça, em relação aos conflitos agrários que a comunidade vivia diariamente.

A comunidade se encontra hoje com aproximadamente 80% de seu território invadido por fazendeiros locais. Quando o Projeto Cartografia foi realizado na comunidade ela estava passando por constante ataques por parte dos fazendeiros que contavam com o respaldo da lei

local, que iam na comunidade fazendo a segurança dos invasores. Muitas das vezes levando os recados que os fazendeiros mandavam para comunidade e ajudando na pressão sobre o povo. Boa parte da polícia local ia na comunidade aliciava moradores, oferecendo dinheiro para que eles saíssem da terra. Além dos fazendeiros vinham muitos outros que a comunidade nem conhecia.



Foto n.º 3: Zé dos Patos, 2016.

Nasci em mil novecentos e vinte e sete. Nasci aqui na fazenda káagados, meus avós também nasceu aqui. Aqui criei e aqui tó. Eu não sei, só sei que meu avô morava aí, o pai do meu pai morava aí, morava aqui e meu pai nasceu aí, criou aqui e morreu aqui; eu nasci bem ali e tô nessa idade aqui. Minha avó era escrava, era escrava num sei onde. Ela era ferrada mesmo, disse que existia essa marca, eu mesmo não conhecia não, disse que era marcada na par ou queixada pro patrão ver. Meu avô que num sei. Toda vida aqui, o povo aqui nascia ficava velho e morria aqui na região, nunca teve saída né, os mais veios nasceu aqui e morreu aqui.¹⁴

Domingos José de Moura

¹⁴ Conversas informais que não constam nas entrevistas

Os conflitos agrários que se evidenciam nas ameaças e agressões vividas pelos membros da comunidade, foi o pivô inicial que fez com que a comunidade Káagados buscasse junto a Fundação Palmares seu reconhecimento. A falta de apoio da justiça (que é seletiva) do nosso município de Arraias e tantos outros motivos não deixaram outra escolha a não ser quererem ser legitimados como quilombolas.

Esse termo, até então desconhecido, de algumas famílias trouxe forças para que a comunidade criasse ânimo para lutar ainda mais pelos seus direitos, pois naquele momento sabiam que não estariam mais sozinhos, tinham a lei, tinham a justiça, tinham outras comunidades que assim como eles lutavam por sua liberdade de viver em paz em suas terras.

Após receberem esta certidão a comunidade passou a existir para a lei brasileira e pode entrar com um processo público no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o que oportunizou o acesso às políticas públicas destinadas à reforma agrária.

As famílias habitavam que vivem nessas terras sobrevivem da agricultura família. Na época das invasões a comunidade não podia plantar para o seu sustento porquê os fazendeiros chegavam com o polícia, cortavam o arame e derrubavam as cercas, abriam as roças e jogavam o gado dentro para destruí-las.

A vida aqui, nos fazia a rocinha, plantava o arroz, plantava a mandioca, plantava o milho, o feijão de corda, porque o de arranque nunca prestou pra dar aqui não viu. O feijão de corda e tudo aí nois comia, vendia pra poder comprar o pedacinho de pano pra nós, criava um porco, matava, vendia, outra hora vendia em pé pra algum, e era assim a vida nossa, era assim comendo do suor de dentro da cultura, era assim que nós era. E lá na comunidade, lá eles tinha tudo, só não tinha esse negócio de café, doce era de cana lá tinha muita cana. Era fabricado lá mesmo, o açúcar a rapadura, era feito lá, agora o café era aqui e o sal que vinha de Barreira. Nos caçava, ia no mato pegava um tatu, pescava, não tinha rede nem tarrafa, pegava o anzol e ia lá pegava traíra, piauí, trazia passava farinha dentro e comia, e ia trabalhar, e era assim, assim que era a vida tudo lá. Os bichos era solto aí comendo a vontade, comendo o agreste e os araguaias e tudo, tanto comia o nosso como do pessoal fazendeiro e do vizinho, num tinha cerca não. As vezes tinha o seu gado solto aculé seu vaqueiro caçava lá e me procurava, cê viu meu gado, eu vi em tal lugar, ele vinha campear aqui dentro, panhava e levava, mexia com ele lá, ficava, quando soltava o bicho vinha, não tinha esse, esse cerquismo de segurança, ah seu bicho tá comendo na minha área, não senhor, não tinha isso não, não tinha isso não.¹⁵

Domingos José de Moura

¹⁵Conversas informais que não constam nas entrevistas



Barracão e equipamentos de trabalho
Foto n. ° 4: Paulo Rogério Gonçalves, 2016.



Quintal – horta e plantas medicinais
Foto n. ° 5: Paulo Rogério Gonçalves, 2016.



Galinheiro
Foto n.º 6 :Paulo Rogério Gonçalves, 2016.



Curral
Foto n.º 7: Paulo Rogério Gonçalves, 2016.

As invasões trouxeram inúmeras consequências para as famílias. Os invasores chegavam e mandavam retirar a casa. Davam um prazo de cinco dias, as casas que não eram desocupadas eram empurradas com trator e as famílias desalojadas e perdiam o pouco que tinham.

Em seguida desmatavam. Derrubavam muitas árvores e destruíam a mata nativa, conseqüentemente os rios e os córregos começaram a assorear e a água foi ficando escassa. Transformando completamente o contexto da comunidade e a vida das pessoas.

Desmatou, tinha a mata de reserva, que tinha ai eles acabaram aquela todinha, Aroeira, Ipê, Jatobá, derrubou tudo. O rio tinha, o rio não secava não, o rio hoje não tem mais água, o da Almesca a água já não corre mais, já tá criando lodo, vai secar. Eles desmataram tudo isso, acabou com a água. Acabou, noistamo sem água, em vista do que era, tinha água, mas hoje tem agua não. Depois de desmatar ninguém ve mais nada aqui não, desmatou tudo os bichos sumiu, os que não comeram, escurraçou. Jogou capim, tá tudo formado, a área que eles desmatou, formou tudo, tá tudo dividido os pasto. **Domingos José de Moura Moura** (Fascículo, 2018, p. 11)¹⁶.

Muita gente morando aqui, no mínimo tinha umas vinte e poucas famílias morando aqui, e assim tinha vez que tinha duas famílias que morava em uma só casa, e não fazia casa por que eles não deixava, e o povo tinha medo deles atacar eles, por que eles não aceitava, ai só ficava a ribuleira, por eles ficava desmanchando coisa que a gente tinha feito. **Pedro Ribeiro Dias. Moura** (Fascículo, 2018, p. 12)¹⁷.

O senhor Domingos José de Moura conta que havia muita água nas terras da comunidade, mas que o desmatamento foi mudando essas características, foi deixando escassa a caça, os pássaros e muitas espécies da flora nativa que eles usam como plantas medicinais estavam desaparecendo.

Olha a mata era solta. As mata era tudo fechada, tudo era campo não tinha cerca, não tinha cerca de divisa tinha só os limites, as famílias passava pra área do outro e outros pra área nossa, era assim, ninguém corria atrás disso, não era tudo liberto era tudo campo. As água era tudo solta não tinha água fechada não, tinha mais água, tinha bastante água, tinha o rio Almesca, rio Areia, rio Káagados, fora as lagoas que criava água, que criava e num secava, e aí com esse negócio de desmatamento acabou tudo, até as água dos córregos está acabando, era o ano todo agora não é mais, agora não é mais não. Tem lugar aqui que nós trabalhava, eu mesmo não sei como que

¹⁶Domingos José de Moura . Fascículo n.º 2, fev. 2018 – Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central.

¹⁷Domingos José de Moura . Fascículo n.º 2, fev. 2018 – Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central.

*trabalhava não, mas meus pais trabalhou, meus avôs conheci trabalhando, tinha roça de cana, molhava com água de regra, os córregos daqui tinha, o outro aqui que trabalhava também fazia represa, e ai soltava a água pros mantimentos, milho, feijão, mandioca, mas hoje só se panhar no balde a água tá lá embaixo, miudim, pouquinho, não tem essa quantidade do que era mais não.*¹⁸

Milton Santos (2012) nas suas colocações fala que a nova estrutura de acumulação de bens tem efeitos nefastos sobre a organização dos territórios, agravando as disparidades aceleradas pela intensificação da economia, da mundialização do mercado e da mercadoria, tal qual as ideias previstas por Karl Marx. Dessa forma observamos que o território da comunidade Káagados tornou-se uma mercadoria que se converteu numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica e política.

3.2 A relação com a terra

Em A natureza do espaço Milton Santos (2006) ao discorrer sobre a relação entre a sociedade e a natureza, salienta que quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza partes ou aspectos considerados fundamentais a existência do seu grupo; esse meio natural era utilizado sem grandes transformações porque o trabalho e as técnicas utilizadas causavam poucos impactos nas dádivas da natureza, por que a comunidade fazia uso dela de forma respeitosa e regrada, portanto havia uma simbiose – homem-terra.

Assim, a sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites de sua utilização. A harmonia sócio espacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida. [...] Esses *sistemas técnicos sem objetos técnicos* não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudavam a reconstituir (SANTOS, 2006, p. 158).

A comunidade quilombola Káagados ao fazer o manejo do solo se utiliza, basicamente de roças de toco. Após três ou quatro anos plantando naquele espaço faz-se um período de descanso de aproximadamente cinco a dez anos, isso faz com que a terra se recupere do impacto causado pelo cultivo. É um sistema agrícola itinerante, pois após o período de cultivo a mata se recupera e o plantio é feito em outra área. Essa forma de usar o território praticado pelas comunidades quilombolas preserva a terra e mantém o bioma, pois a comunidade sabe

¹⁸Conversas informais que não constam nas entrevistas

que a sua subsistência depende da conservação da agrobiodiversidade. Infelizmente com a perda do território (fruto das invasões pelos grandes fazendeiros e grileiros), as comunidades quilombolas tem tido muita dificuldade em manter uma produtividade pela falta de espaço disponível para tal gestão territorial (plantio de subsistência e criação de gado).

A comunidade há muitas décadas tem praticado uma forma de cultivar seus alimentos no cerrado que dispensa adubo e agrotóxico. Nessa interação e relação com o espaço os quilombolas da comunidade Káagados criaram suas formas próprias de organização social, usos e representações sobre o território, marcando a paisagem do cerrado. O plantio acontece no tempo certo, geralmente na lua minguante, assim o arroz, o milho, o feijão, a mandioca e a cana-de-açúcar, para além das frutas crescem e produzem com a ajuda da natureza e em harmonia com vegetação original. Embora esse sistema agrícola tradicional venha se transformando ao longo do tempo, ele é o resultado histórico da experiência da comunidade nesse território. É um sistema agrícola em que todos os insumos necessários para a produção do cultivo estão dentro do cerrado e aproveitam dos processos ecológicos da floresta (o acúmulo de folhas que caem e servem de adubo natural).

Caracteristicamente a roça de toco feita na comunidade Káagados segue a seguinte forma: no mês de agosto é feito a broca do mato, faz-se uma raleira¹⁹ no mato ali existente, ele fica em repouso por mais ou menos uns 20 dias à um mês e, entre setembro e outubro, quando geralmente, cai as primeiras chuvas as pessoas da comunidade colocam fogo (controlado) no mato e logo depois encorvara²⁰ tudo e queima novamente.

Após fazer isso, é tempo em que a mundiça²¹ já nasceu, os tocos já brotaram e nesse momento é feita uma capina e uma desmoita a fim de preparar a terra para receber as sementes. Depois de semear é feita de duas a três limpas na cultura (dependendo do que está plantado; por exemplo o arroz duas a três limpas, o milho uma limpa e uma desmoita), esse processo faz com que a área plantada se recupere em cem por cento num período de no máximo três anos.

Infelizmente a cada dia que passa essa forma de cultivo, de baixo impacto praticado pelas comunidades quilombolas, fica cada vez mais ameaçada devido a invasão de seus territórios, por que essa forma de produzir, fazendo uma rotatividade, exige que as comunidades ocupem uma área de cultivo maior, consequência do período em que a área, anteriormente plantada, passar por dois a três anos em repouso. Técnica que não afeta a

¹⁹Raleira - processo de desbaste na mata, respeitando as matas virgem

²⁰Encorvara – processo de queima controlada

²¹Mundiça – mato raso que nasce após o desbaste

subsistência da comunidade, por quê esse manejo é gerenciado de forma que, mesmo produzindo 90% daquilo que é consumida pelas pessoas da comunidade, a terra não é degradada e o alimento não falta.

Entretanto, a invasão nos territórios quilombolas tem obrigado as comunidades a se adaptarem, adotando outras formas de manejo na terra e isso tem nos obrigado a explorar o máximo das pequenas áreas que restam em consequência da expropriação e da grilagem, o que tem colocado em risco a manutenção da comunidade, seus costumes e modo de se relacionar com terra.

Essa relação com a terra passa a ser um ritual, onde existe uma época para tudo e uma série de conhecimentos coletivos populares (a preparação da terra, a semeadura, a colheita, a festa das colheitas e a devoção religiosa em agradecimento pela produção, entre outras ações culturais e sociais.) - ecologia de saberes - e um reforço à oralidade como forma de transmissão de conhecimento como nos propõe Boaventura de Sousa Santos (2002). Ainda com base em Boaventura essa relação com a terra, recupera práticas e saberes desse grupo social que, em função do capitalismo e dos processos coloniais, ao longo do tempo foram sendo colocados, social e historicamente, em uma postura de meros objetos ou ainda de matéria-prima dos saberes dominantes (acadêmicos - Epistemologia do Norte) que foram considerados por muitos séculos como a única verdade ou os únicos saberes válidos.

3.3 O Projeto cartografia social da comunidade

Começa na passagem do lago Murici de fora, lagoa do toco, baixa do Licuri, esgoto do Banguê, arriba até a ponte do Morro de Andrade, desce as grota das Cutia a baixo, mais em baixo é as Areias, lá adiante as Areias entra na Almesca, desce e fecha na passagem do lago. E esse é o limite. **Domingos Jose de Moura** (Fascículo, 2018, p. 9)²².

A cartografia social feita na Comunidade Káagados, no distrito de Canabrava no município de Arraias, foi um projeto desenvolvido pela Coordenação Estadual Quilombola do Tocantins (COEQTO). A COEQTO foi criada em 2013 por um grupo de jovens quilombolas do Brasil que se auto denominaram IJÉ OFÉ. Esse grupo foi criado com a finalidade de dar maior visibilidade as questões quilombolas. Para atingir esses objetivos procuraram parcerias com Ministério Público Federal, INCRA, UFT, etc., para além de outras instituições que

²²Domingos José de Moura . Fascículo n.º 2, fev. 2018 – Projeto Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil central.

pudessem ajudar com a realização de projetos sociais de formação de identidade e dando assessoria jurídica ao grupo. Com o passar do tempo e ao fazer um diagnóstico da situação das comunidades quilombolas a COEQTO mobilizou-se para realizar projetos que atendessem as demandas e as necessidades de todas as comunidades do Estado do Tocantins. Uma das questões identificadas foi a falta de um material e documentos que contasse, descrevesse e pudesse registrar a realidade das comunidades e a sua trajetória histórica. Outra questão era relativa a posse e o uso dos territórios. Dessa forma, foi se desenvolvendo a ideia de demarcar os espaços e implantou-se o projeto de mapeamento dos espaços das comunidades – uma cartografia social. Isso não só ajudaria na localização das comunidades, mas seria uma ótima forma de demarcação das terras. Isso veio a calhar, pois na mesma época (2013) foi cobrado das comunidades quilombolas o Cadastro Ambiental Rural (CAR), como o projeto de cartografia já estava acontecendo muitas comunidades puderam ser cadastradas no CAR. Isso deu visibilidade ao projeto e foi tornando-o referência no Brasil como uma ferramenta que impulsionou o debate em torno da regularização fundiária no país, estreitando laços com órgãos ambientais, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais renováveis (IBAMA) e com as secretarias de meio ambiente.

Dessa forma também, é que a comunidade quilombola Káagados foi incluída no projeto de cartografia social em parceria com a COECTO e, para concretizar o trabalho contou com a participação de toda a comunidade na confecção dos mapas, na reconstituição da história do território, na demarcação dos espaços de trabalhos e espaços sociais, etc.

O projeto aconteceu entre os anos de 2016 e 2017. Foram realizadas oficinas de mapas e sucessivas reuniões com os integrantes da Comunidade Káagados para que eles se familiarizassem com os processos até a produção dos mapas propriamente dito.

Incorporando o projeto da cartografia social está o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central²³. Esse projeto foi viabilizado a partir de uma articulação, denominada “Grupo de Pesquisa do Brasil Central”, composta de associações de povos e comunidades tradicionais e de pesquisadores acadêmicos de 11 universidades, a saber: UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UNEB – Universidade Estadual da Bahia, UPE – Universidade de Pernambuco, UFPI – Universidade Federal do Piauí, UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso, UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará, UNIFESPA – Universidade

²³ Disponível em: <http://www.ccsa.uema.br/?page_id=225> Acesso em 15 de abr. 2019.

Federal do Sul do Pará, UEA – Universidade do Estado do Amazonas, UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros, UNITINS – Universidade Federal do Tocantins, e uma associação voluntária da sociedade civil (APATO), todos liderados pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA). Trata-se, portanto, de uma articulação composta de acadêmicos e de representantes de associações representativas de povos e comunidades tradicionais.

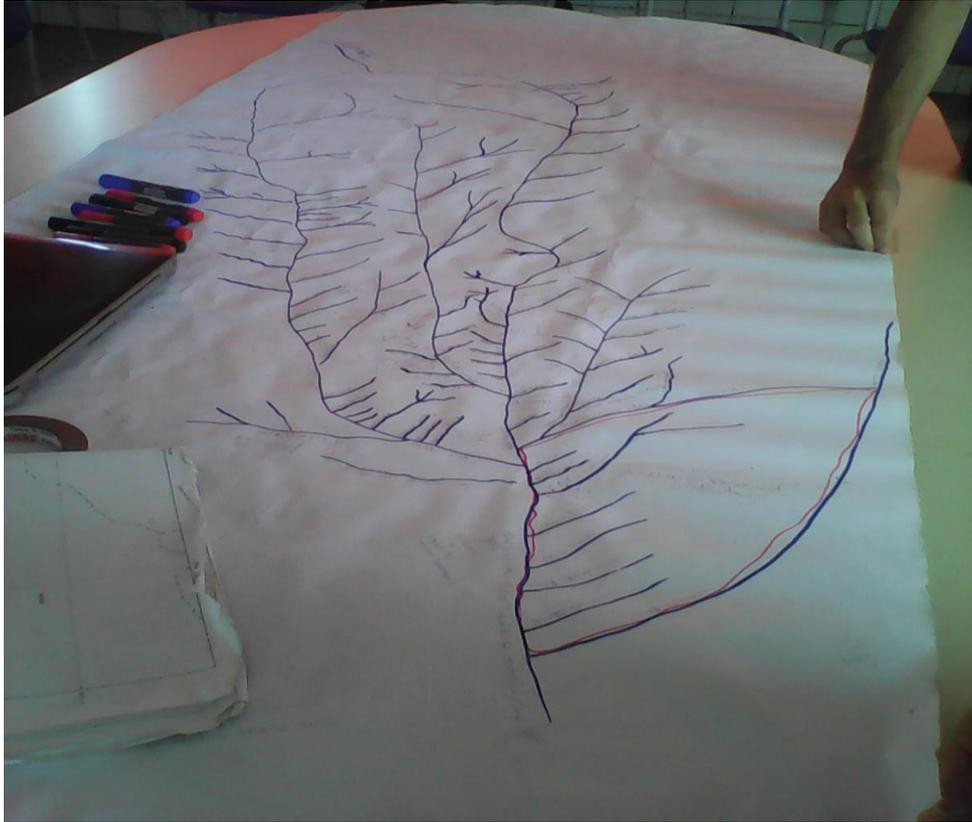
O trabalho de pesquisa desenvolvido pelo grupo consistiu em mapear e analisar os efeitos das políticas governamentais e das agroestratégias, elaboradas por conglomerados econômicos voltados para a produção *de commodities* agrícolas, destinadas principalmente ao mercado internacional, sobre os povos e comunidades tradicionais. A abrangência da área de alcance destas políticas focalizadas compreende regiões designadas como “cerrado” e “caatinga”, consoante critérios de bioma; “semiárido”, de acordo com critérios climáticos, ou “sertão”, conforme critérios geográficos e de planejamento regional, que compõem uma grande região definida para efeitos daquela investigação científica como “Brasil Central”. Esta grande região abrange partes dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco, bem como o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará. Ela não corresponde à totalidade das áreas classificadas como de “cerrado”, nem tão pouco aquela concernente à “caatinga”. Todas essas regiões, por serem terras aráveis e apresentarem potencial para grandes plantios, encontram-se, no momento atual, pressionadas por medidas concernentes às agroestratégias, que objetivam, numa escala global, a ampliação das terras destinadas aos agronegócios, disponibilizando novas extensões para as transações mercantis. Um dos resultados deste processo concerne a uma reestruturação formal do mercado de terras, propiciando o ingresso na esfera de circulação de novos imóveis rurais, sobretudo aqueles vinculados à pequena produção familiar, seja no caso da titulação açodada dos projetos de assentamento (PA’s), seja no caso de uma pressão de empresas imobiliárias sobre a demanda por terras de ocupantes, também designados “posseiros” ou ainda nas situações de redução de unidades de conservação.

Foi dessa forma que o projeto cartografia chegou na comunidade Káagados, em um momento crítico de conflitos, mas com objetivo claro de fazer a cartografia da comunidade quilombola, a equipe sabia que não seria nada fácil mas, foi e fez (principalmente pela ameaça dos fazendeiros a equipe). Contou com o acompanhamento e a participação de grande parte das pessoas da comunidade que os conduziram a cada ponto do território. Depois, os moradores foram indicando e desenhando a paisagem que conheciam muito bem.

A partir de então a comunidade Káagados passou a ter uma assessoria jurídica ativa, hoje a comunidade tem um advogado que vem fazendo um excelente trabalho. O contexto da comunidade pós cartografia é totalmente diferente daquilo que encontrávamos antigamente, onde reinavam e dominavam os conflitos. Apesar de ainda não terem o território da comunidade em mãos (pelo registro e escrituras) pode-se dizer que a comunidade teve um pouco mais de paz com a realização do projeto na comunidade e com o acompanhamento da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombola do Tocantins (COEQTO).



Integrantes da comunidade que participaram no processo da confecção da cartografia.
Foto n.º 8: Paulo Rogério Gonçalves, 2016.



Croqui feito pela comunidade
Foto n. ° 9; Evandro Moura Dias, 2016

3.4 A realidade após a cartografia

A questão demográfica do Brasil afrodescendente tem ficado historicamente sem resposta adequada, por um conjunto complexo de fatores que vão da falta do reconhecimento da sua existência à falta de igualdade de oportunidades entre tantas outras.

As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação com população de ascendência africana do planeta e é com relação a esse contingente que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica. Nos piores lugares da sociedade e do território, com raras exceções, estão as populações afro-brasileiras.

A cartografia social tem colocado em evidência muitas comunidades quilombolas, contribuindo para o fortalecimento e autoconhecimento dos seus territórios e das suas vidas cotidianas. Assim, a cartografia social tem a finalidade de posicionar a comunidade mapeada no protagonismo da produção dos mapas com o propósito de poder utilizá-los como importante documentação em situações de conflito de terras, sendo uma alternativa de representação territorial para a comunidade.

Para a comunidade Káagados a cartografia social demonstrou o vínculo cultural desses sujeitos com as suas terras e evidenciou a vulnerabilidade em relação a posse e a espacialidade delas. O mapeamento possibilitou que a voz da comunidade fosse repercutida

para ajudar a entender seus lugares presentes no território.

a) Como era a comunidade antes do Projeto Cartografia Social?

Alguns moradores relataram que em relação ao território o mapeamento ajudou no manejo da terra numa perspectiva participativa, na medida em que estabeleceu a ligação entre a comunidade como o seu território. O projeto evidenciou o histórico de luta pelo reconhecimento legal como remanescente de quilombo e marcada por conflitos com as fazendas do entorno por conta das expropriações sofridas.

Pedro Ribeiro Dias comentou em entrevista que:

Antes de chegar lá era assim muito desacatando o pessoal que podia nem trabalhar por que os fazendeiros não deixava ninguém trabalhar

Os conflitos lá o seguinte, quando a gente começou trabalhar lá que chegou esse pessoal lá como foi reconhecido foi cortando cerca querendo improbi o pessoal de trabalhar, mandando pessoa de fora dizendo que era policial, primeiramente chegou um oficial e o outro disse que era capitão do quartel e o outro era policia dizendo que o juiz tinha pedido um oficio no quartel pra mandar as poliça lá que tinha ido tira nos de lá, e que já era pra ter feito e perguntando se nos tinha arma pra poder confrontar com eles, e nois falou que não que nos ia na lei por que tinha lei, eles deu 5 dia pra nois correr atrás dois dias depois eles apareceram lá com uns pião trator, moto serra cortando cerca.

Situação confirmada na entrevista por Juraci José de Moura

Aqui tinha muito problema ne e ai esse problema agente foi encarando até quando chegou esse projeto cartografia ai foi diminuindo esses problemas

Uai tinha confritoso que ele tava dizendo que tudo era dele ne e não era e a gente encarou a justiça pra resolver e confirma que e da gente mesmo, eles até me ameaçava assim dizendo que, até falou de pia eu pra medir a terra me marra e medir e não era pra eu fazer nada aqui, que aqui tudo era dele, derrubou ceicarancou roça de mandioca, tudo eles fizeram roça de arrois e nunca foi dono aqui.

Evidenciada também na entrevista de Leandro Moura Dias

Só bagunça, brigas do pessoal de fora ne, querendo tomar a terra.

Ó eles viam com o trator ameaças, chegava gente disfarçado de polícia.

Confirmada em entrevista por Renison Moura Dias

Em antes era tudo bagunçado ne, complicado mais difícil as coisas

Havia os cara derrubando cerca invadindo a propriedade da gente, poliça vindo derrubando cerca atrapalhando agente trabalha.

b) Após o Projeto mudou alguma coisa no modo de vida na comunidade?

Diante da política dos latifúndios conflitos sociais que perpassam, os modos de vida e a permanência no território tornou-se central à sobrevivência dessa comunidade, pois se configura como o único recanto onde seus integrantes podem manter práticas próprias de suas formas de existência, como o uso comum dos recursos naturais, a manutenção de uma ordem jurídica própria, os laços de solidariedade e de parentesco.

Um traço comum entre eles é justamente seu caráter de resistência para a manutenção de sua existência como grupos, especialmente na batalha pelo território, sendo o cerne da organização política, ou seja, definindo a identidade quilombola dessa comunidade, aqui estudada como uma identidade territorial e confirmada por meio do projeto cartografia social.

Ao longo do tempo, as principais limitações territoriais da comunidade quilombola Káagados se intensificaram com o crescimento dos domínios como o uso de documentos forjados, com a destruição de residências e de roças, com ameaças e a construção de cercas justificadas pela criação do gado do fazendeiro. Tal situação coloca fazendeiros e grandes empresas do agronegócio como alguns dos principais antagonistas aos quilombolas.

Dessa forma o resultado do projeto Cartografia Social se converte em ferramenta política na luta por direitos socioterritoriais da comunidade e como forma de reconfiguração de sua organização política após o processo de mapeamento. Por isso, tomamos este momento como chave por ser ele o que marcou toda uma nova configuração sociopolítica para a comunidade quilombola Káagados.

Leandro Moura Dias

Mudou sim, já acabou sim ne, hoje o pessoal fica mais tranquilo na comunidade.

Renison Moura Dias

Mudou muito, hoje agente tem uma vida mais sussegada ne e parou mais esse conflito que tinha com esses fazendeiros ai, eles parou mais de ta atentando ne impantando agente trabalhar e tomando a terra ameaçando

Pedro Ribeiro Dias

Mudou por que depois que teve mais reconhecimento de lei das pessoas de fora foi tendo mais respeito, e essas pessoas que sempre ameaçava agente lá afastou

Juraci Jose de Moura

Muito a gente teve mais sussego pra ir sobrevivendo teve mais acompanhamento

- c) O Projeto ajudou a comunidade a ter uma melhor noção espacial do território?

Renison Moura Dias

Ajudou muito, por que im antes agente vivia uma vida de conflito, e agora não, depois desse projeto pra cá as coisas ficou mais melhorada pra gente.

Contribuiu né, mais na melhoração das coisas ne, ajudou muito por conta que de antes não podia plantar nada que os fazendeiros vinha derrubar

Pedro Ribeiro Dias

Melhorou, o melhor espaço que teve é que o pessoal trabalhou mais tranquilo né, não tem mais aquelas sugestão dos caras ameaçando, aquela vivencia lá com os fazendeiros indo ameaçar, no documento antigo não tinha muito esse negocio de medida não e depois dos

*pontos eu não tenho noção do tamanho não, ah lembrei cê me falou mesmo quanto deu.
Uai eu penso o seguinte só da gente ter mais tranquilidade contribuiu*

Juraci Jose de Moura

*Ajudou antes tava brigando por um pedaço e agora é pela terra toda e então miorou, miorou muito, fiquei sabendo que aqui é trezeto e pouco alquero esqueci o pouco,
Pra mim contribuiu né deu força né e rebateu o grileiro, deu muita força por que o grileiro não abriu mais as roça e nois ficou mais sussegado*

Leandro moura dias

Sim, uai só deles saber da quantidade de terra que tem né, que não tinha certeza , o jeito que é , tudo certim.

Contribuiu sim né, mais de que forma eu não estou sabendo não ne.

d) Em relação a Educação houve alguma mudança pós o projeto?

Em relação a educação o projeto evidenciou que os conflitos com grileiros e fazendeiros foi um dos fatores que contribuiu para o fechamento da escola, tirando o direito de muitas crianças de estudarem próximo das suas casas, contrariando o que reza a LDB quanto a garantia às escolas da zona rural de respeito e de consideração à diversidade do povo campesino, assegurando uma escola para a zona rural quando recomenda que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Alguns moradores relataram que os conflitos contribuíram para que muitas famílias tivessem abandonado as suas casas, nesse aspecto entendemos que esse fator foi preponderante para o fechamento da escola uma vez que as crianças acompanharam os seus pais.

Em entrevista Pedro Ribeiro Dias disse:

A escola lá tinha mas ela foi desativada por que muita gente teve que sair pra por os filhos pra estuda por que o fazendeiros ficava ameaçando elas tinha marido de fora e não foi brigar e saiu pra por os filhos na escola mas o projeto nem atrapalhou nem contribuiu nisso.

Essa nossa constatação foi corroborada por Domingos José de Moura em conversa informal quando fala

Teve aula aqui, mas a escola acabou, até isso tiraram²⁴.

Juraci Jose de Moura comentou em entrevista que com o fechamento da escola as crianças que residem na comunidade vão para a escola no distrito e na cidade de transporte escolar

tem o carro que pega os alunos porta né, im até não tinha ne, e os menino estudava no matão e depois teve essa mudança o carro veio pra porta.

Nesse aspecto o projeto demonstrou que o número pequeno de crianças levou ao fechamento da escola localizada no seio da comunidade, iniciando dessa forma um processo de nucleação viabilizado por meio do uso intensivo do transporte escolar e deslocamento dos alunos desde a comunidade para escolas com maior população. O argumento para esta ação é bastante conhecido e de caris político-pedagógico que sustenta e defende que a melhoria no processo educativo é decorrente das aulas em classes unisseriadas e das melhores condições materiais das escolas nucleadas, se comparadas com a histórica precariedade das escolas multisseriadas. Porém, a nucleação ocasiona o distanciamento da escola-núcleo da comunidade de origem dos alunos e de suas respectivas famílias, além dos riscos e desgastes que longas viagens realizadas em estradas precárias implicam para os alunos. Concluímos também que a política de nucleação contribui com o desenraizamento cultural dos alunos, oferecendo um modelo de educação urbano, alheio ao seu cotidiano na comunidade. Esta é uma situação que o Projeto Cartografia Social evidencia, mas *não reverterá*.

²⁴ Conversas informais que não constam nas entrevistas



Foto n.º 10: Paulo Roberto Gonçalves, 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uai o que nós qué hoje, é nois adquiri o nosso, nois que vive aqui o resto da vida, que o pessoal da roça não sabe vivê na cidade, eu falo pra você que ele morando na cidade ele morre é logo, antes do dia, ele não sabe trabalha lá dentro, nós precisa aqui da ajuda do governo, nós precisa duma água, nós precisa de uma escola pros meninos, nós tá precisando de uma energia, que aqui em roda tudo tem, e nos tá aqui no escuro, num tem nada, tudo essas coisas pra nós tá esquecido. As terras tá tudo bagunçada, os fazendeiros já pegou, nos quóa terra de volta, se Deus abençoa que nós tive de volta.²⁵

Domingos José de Moura

A prática de cartografia social que procurou abarcar as realidades da comunidade quilombola Káagados possibilitou, a partir da experiência aqui analisada, uma racionalização das formas de viver e ser no mundo desse grupo social, haja vista que aspectos como as percepções e as apropriações territoriais, os conflitos, as relações com outros agentes locais (polícia, grileiros, fazendeiros, etc.), espaços de uso comunal dos recursos naturais, entre outros, foram sistematizadas em forma de mapa reforçando a ideia de que os quilombolas buscam reconhecimento no plano legal de suas especificidades.

Essa forma de organização da comunidade demanda não apenas a redistribuição e legitimação territorial como soluções para as injustiças sociais que sofreram e sofrem ao longo da sua história, como também o reconhecimento, que pressupõe sua valorização no plano simbólico, cultural, étnico.

Muito embora se pense que os quilombos significaram apenas um lugar de refúgio de escravos, eles sintetizavam a organização de uma sociedade livre, formada de homens, mulheres e filhos que se recusavam a viver sob o regime escravocrata e desenvolveram ações de rebeldia e de luta. Dessa forma, tendo como marcas *a resistência* e *a organização*, as comunidades quilombolas têm praticado formas de luta pelos seus direitos à liberdade, à cidadania, ao reconhecimento, à igualdade de direitos, ao desenvolvimento da sua cultura, da sua religiosidade e da posse do seu território. Nesse conjunto de reivindicações pela posse da terra – bem considerado sagrado pela relação que desenvolvem e estabelecem com ela, a cartografia social tem ajudado a restabelecer os territórios, demarcá-los e a preservar as características próprias dessas comunidades, verificáveis nos costumes, nas tradições, nas festividades e nas manifestações religiosas de muitas comunidades.

²⁵ Conversas informais que não constam nas entrevistas

Infelizmente, mesmo tendo favorecido a comunidade, o projeto não elimina a ação principalmente dos fazendeiros. Para eles são abertas as portas para que aniquilem, contaminem o solo e acabem com as matas. No entanto, onde devia existir proteção por parte das autoridades para essas comunidades (elo mais fraco dessa disputa), ela vive sob constante vigília, qualquer serviço a mais, que por ventura façam, os policiais de plantão chegam com moto serra, alicates, tratores, armas, e jogam tudo no chão e os proíbem de avançar. Entretanto, quando a transgressão é dos fazendeiros não existe lei, nem mesmo quando é feita denúncia sobre os desmatamentos, sobre o assoreamento, represamento e desvio dos rios da comunidade ou derruba das árvores protegidas ou árvores frutíferas.

Percebemos muito claramente que na prática a legislação não resguarda e nem protege as comunidades quilombolas, muitas das ações do estado tem descaracterizado os modos de vida, a identidade e o modo de culturas e organização dessas comunidades.

Portanto, o projeto cartografia veio expor e tentar dar a comunidade Káagados um pouco de voz, desfazendo o sentimento de invisibilidade e trazendo alguma melhoria para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ANGUERA, Maria Teresa. **Metodologia de la observación en las Ciencias Humanas**. Madri: Catedra, 1985.

ARCASSA, Wesley de S. Friedrich Ratzel: a importância de um clássico. In: **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, Vol. 3, N.º1. p. 98-115, 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 4887 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em 21 de abr. de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1994. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em 22 de abr. de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.645** de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em 22 de abr. de 2019.

BRASIL. **ADI 3239**- Ação Direta De Inconstitucionalidade/ DF de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-toffoli-adi-3239-reconhecimento.pdf>> Acesso em: 22 de abr. de 2019.

CARVALHO, Edilson Alves de. **Leituras Geográficas e interpretações estatísticas**. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

CHIZZOTTI, António: **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 2 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONÇALVES, Paulo Rogerio et al. **Luta e resistência pelo território** – comunidade quilombola káagados, Tocantins / **conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil** central – n. 02 (Fev. 2018). Manaus: UEA Edições, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, W. et al. Entrevista com o professor Alfredo Wagner Almeida. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, jul./dez. 2013, p. 254-270.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Silvia A. T. **Nas Palmas Da Capoeira**: Resistência Cultural Pela Chapada Dos Negros Em Arraias/TO (1984 A 2012). Dissertação de Mestrado em História - Cultura e Poder. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). 2012, 179 p.

PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 1999, p.75-76.

RAISZ, Erwin Josephus. **Cartografia geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Científica, 1969.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente** – contra o desperdício da experiência, Cortez, SP, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 2002, p. 237-280.

SANTOS, Dorival dos. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço**, Grajaú, MA, v.2, n. 6, maio/ago, 2016, p. 273-293.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>> Acesso em 14 de jan. de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnicas e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. Educação e identidade no Quilombo Brotas. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2009, 199 p.

STAKE, Robert E. **A arte da investigação com Estudos de Caso**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

APÊNDICES

A - Modelo de Carta aceite dos colaboradores

B –Modelo do Guia de entrevista – moradores da comunidade

C –Mapa da Comunidade Quilombola Káagados

A – Modelo de carta de aceite para os participantes

	<p>Universidade Federal do Tocantins</p> <p>Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacinto Leonor/Arraias</p> <p>Curso de Licenciatura em Educação do Campo</p>
---	---

Título da Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Acadêmica responsável: Evandro Moura Dias

Declaração de Aceite de Participante

Eu, _____, declaro para os devidos fins de colaboração com a pesquisa à cima citada, que cedo os direitos de imagem e da entrevista aplicada a mim em ____/____/____, devidamente revisada por mim após a transcrição, para Evandro Moura Dias, podendo ser utilizada integralmente ou em partes, sem restrições de prazo, desde a presente data para fins de publicação acadêmico-científica. Autorizo, ainda, o uso das imagens captadas e registradas no âmbito das atividades na Comunidade Quilombola Káagados. Quanto as citações das minhas falas, autorizo a explicitação da minha identidade de acordo com os princípios éticos da pesquisa acadêmica-científica; escolhendo as opções:

.	Identidade utilizando meu nome e sobrenome
.	Identidade utilizando apenas meu primeiro nome
.	Identidade preservada utilizando nome fictício escolhido por mim
.	Identidade preservada utilizando nome fictício escolhido pela pesquisadora
.	Outra indicada por mim

Abdicando meus direitos, subscrevo.

_____, _____ de _____

Assinatura

B – Modelo do guia da entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Av. Juraídes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-1531 | Ramal 8836 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



GUIA DE ENTREVISTA

Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Graduando: Evandro Moura Dias

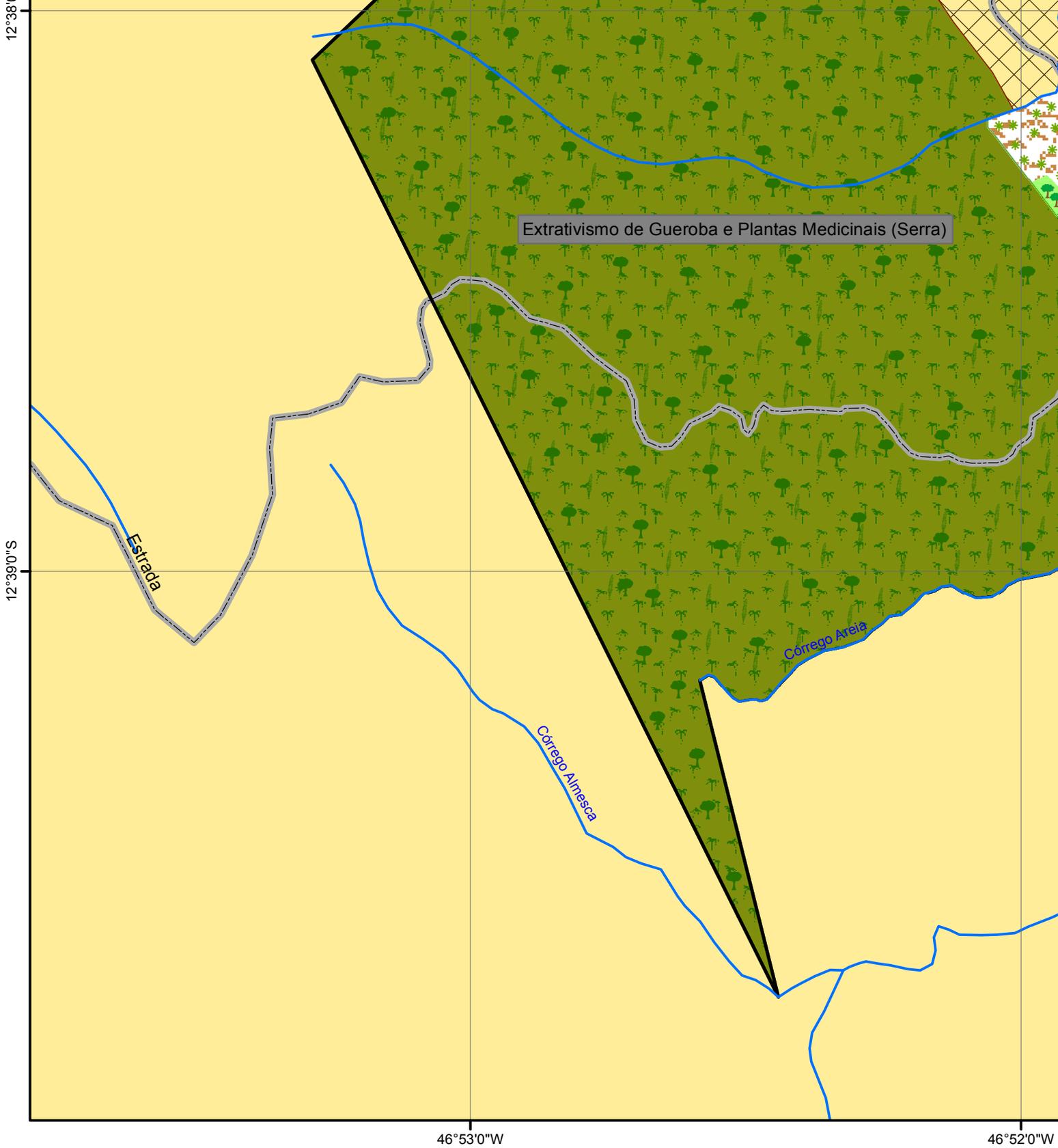
BLOCO TEMÁTICO 1: Perfil da(o) Entrevistada (o)

- a) onde nasceu
- b) a sua família sempre foi da comunidade
- c) desde quando você mora nessa terra
- d) você sempre trabalhou nessa terra
- e) essa terra pertencia os seus antepassados

BLOCO TEMÁTICO 2: A participação no projeto cartografia social

- a) Quando foi realizado o Projeto Cartografia Social aqui na Comunidade Káagados?
- b) Como foi O preparativo para Realizar o projeto cartografia aqui a Comunidade?
- c) Houve alguma dificuldade em fazer parte na realização deste projeto?
- d) Como era a Comunidade antes do Projeto Cartografia Social?
- e) Havia conflitos com os grileiros de terra? Se sim, Como era a situação?
- f) Após o projeto mudou alguma coisa no modo de vida da Comunidade?
- g) Após o Projeto Cartografia, aumentou ou diminuiu os conflitos na Comunidade?
- h) O Projeto ajudou a Comunidade a ter uma melhor noção espacial do território?

- i) Em relação a economia da Comunidade, o Projeto contribuiu de alguma forma?
- j) Em relação a educação na Comunidade, houve alguma vantagem ou desvantagem após o Projeto?
- k) Quanto tempo levou para esse Projeto ser realizado na Comunidade
- l) Quanto a cartilha criada pelo Projeto você acha que as informações contidas nela contribuíram com a luta da Comunidade na busca da regularização do território?
- m) Por que você acha que essa cartilha pode ajudar na luta?
- n) Você acha que guardar a história da comunidade em um livro é importante? Porque?
- o) Após finalizar o mapa técnico qual foi o resultado trazido para a Comunidade?
- p) Você acha que o cadastro ambiental rural teve alguma facilitação por causa do Projeto Cartografia?
- q) Cite algumas desvantagens que o Projeto Cartografia Social trouxe para a Comunidade?
- r) Cite algumas vantagens que o Projeto Cartografia Social trouxe para Comunidade?
- s) Que proposta de futuros projetos que você acredita que daria certo e seria bom para a Comunidade?
- t) Sobre a forma que a UFT faz e fez alguns projetos o que você acha que deveria mudar? Como deveriam ser os projetos? Que tipo de projeto vindo da UFT você acha que beneficiaria a comunidade?
- u) Você acha que existe a possibilidade de uma parceria entre a Comunidade e a UFT para projetos futuros?



TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE KAAGADOS

COMUNIDADE QUILOMBOLA MUNICIPIO DE ARRAIAS

EQUIPE DE PESQUISA:
 Paulo Rogerio Gonçalves (APATO)
 Evandro Moura Dias (COEQTO)
 Lourivaldo Santos Souza (COEQTO)
 Maria Aparecida Ribeiro de Sousa (COEQTO)

CARTOGRAFIA: Alcindo Alves Patricio Castro	DATA: Agosto/2017
--	-----------------------------

Legenda

- Hidrografia
- Casas das Familias Quilombolas
- Casas Derrubadas Pelos Grileiros
- Estrada
- Área Invadida
- Extrativismo de Gueroba e Plantas Medicinais (Serra)
- Áreas de Mata
- Áreas de Roças
- Perimetro Comunidade Quilombola de Kaagados



ANEXOS

A- Transcrição das entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Juraídes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-1531 | Ramal 8836 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



GUIA DE ENTREVISTA

Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Graduando: Evandro Moura Dias

BLOCO TEMÁTICO 1: Perfil da(o) Entrevistada (o)

- a) Nome completo

Renison Moura Dias

- b) Onde nasceu

La na lagoa da pedra

- c) A sua família sempre foi da comunidade

Sim sempre morou a parte de minha mãe

- d) Desde quando você mora nessa terra

Desde quando eu nasci ne

- e) Você sempre trabalhou nessa terra

sempre trabalhei

- f) Essa terra pertencia os seus antepassados

Pertencia

BLOCO TEMÁTICO 2: A participação no projeto cartografia social

- a) Quando foi realizado o Projeto Cartografia Social aqui na comunidade Káagados?

Há uns três anos atrás ne

- b) Como foi o preparativo para realizar o Projeto Cartografia Aqui Na Comunidade?

Quando iniciou a comunidade quilombola aqui dos káagados, fez a reunião depois fez o mapa e fez o projeto

- c) Houve Alguma Dificuldade Em Fazer Parte Na Realização Deste Projeto? **não**

- d) Como Era A Comunidade Antes Do Projeto Cartografia Social? **Em antes era tudo bagunçado ne, complicado mais difícil as coisas**
- e) Havia Conflitos Com Os Grileiros De Terra? Se sim, como Era? **Havia os cara derrubando cerca invadindo a propriedade da gente, políça vindo derrubando cerca atrapalhando agente trabalha.**
- f) Após O Projeto Mudou Alguma Coisa No Modo De Vida Na Comunidade? **Mudou muito, hoje agente tem uma vida mais sussegada ne e parou mais esse conflito que tinha com esses fazendeiros ai, eles parou mais de ta atentando ne impantando agente trabalhar e tomando a terra ameaçando**
- g) Após O Projeto Cartografia, Aumentou ou Diminuiu os Conflitos Na Comunidade? **diminuiu**
- h) O Projeto Ajudou A Comunidade A Ter Uma Melhor Noção Espacial Do Território? **Ajudou muito, por que im antes agente vivia uma vida de conflito, e agora não, depois desse projeto pra ca as coisas ficou mais melhorada pra gente.**
- i) Em Relação A Economia Da Comunidade, O Projeto Contribuiu De Alguma Forma? **Contribuiu ne, mais na melhoração das coisas ne, ajudou muito por conta que de antes não podia plantar nada que os fazendeiros vinha derrubar**
- j) Em Relação A Educação Na Comunidade Houve Alguma Vantagem Ou Desvantagem após o Projeto? **não**
- k) Quanto Tempo Levou Para Esse Projeto Ser Realizado Na Comunidade? **Uns 2 anos**
- l) Quanto a Cartilha Criada No Projeto, Você Acha Que as informações Contribuíram Na Luta Da Comunidade Na Busca Da Regularização Do Território
- m) Por Que Essa Cartilha Pode Ajudar Na Luta
- n) Você Acha Que guardar A Historia Da Comunidade Em Um Livro é Importante, Por Que? **E muito importante por que fica uma comunidade bem reconhecida neh**
- o) Após Finalizar o mapa técnico Qual Foi O Resultado Trazido Para A Comunidade? **Eu pra mim não teve nenhum resultado ne**
- p) Você Acha Que O Cadastro Ambiental Rural Teve Alguma Facilitação Por Causa Do Projeto Cartografia? **Muito.**

Entrevistador Uia então o mapa do projeto cartografia serviu? **Trouxe uai.**

Entrevistador por que usou o mapa ne nos não tivemos que ir pegar os pontos novamente por que já tinha ne.

- q) Cite Duas Ou Mais Desvantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Eu acho assim agente queria mesmo na mão era o documento ne e so isso mesmo**
- r) Cite Duas Ou Mais vantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **A vantagem maior que eu achei aqui pra mim foi o mapa ne, e o conflitos que diminuiu**
- s) Cite Duas Proposta De futuros Projetos Que você acredita que Daria Certo Na Comunidade? **Primeiro a energia e segundo um trator ne**
- t) Sobre A Forma Que A UFT Faz e fez alguns Projetos O Que você Acha Que Deveria Mudar? Como Deveriam Ser Os Projetos? Que tipo de projeto você acha que beneficiaria a comunidade? **A universidade tinha que reunir com a comunidade que ver o que a comunidade quer ne**
- u) Você acha que existe a possibilidade de uma parceria entre a comunidade e a UFT para projetos futuros? **Eu acho que sim ne**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Juraídes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-1531 | Ramal 8836 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



GUIA DE ENTREVISTA

Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Graduando: Evandro Moura Dias

- a) Nome
Pedro Ribeiro Dias
- b) Onde nasceu
Lagoa da pedra
- c) A sua família sempre foi da comunidade

Um as partes sim outras não

- d) Desde quando você mora nessa terra
Conheço desde 73
- e) Você sempre trabalhou nessa terra
Sempre trabalhei
- f) Essa terra pertencia os seus antepassados

Dependia pelo seu domingo pai da mulher minha ne

BLOCO TEMÁTICO 2: A participação no projeto cartografia social

- a) Quando foi realizado o Projeto Cartografia Social aqui na comunidade Káagados? **¾ anos**
- b) Como foi o preparativo para realizar o Projeto Cartografia Aqui Na Comunidade? **Não nos marcamos fizemos a reunião e marcou o dia e foi nos pontos, dos limites ne antes nois tivemos a reunião com pessoal da comunidade e desenhou o mapa e depois foi nos pontos**
- c) Houve Alguma Dificuldade Em Fazer Parte Na Realização Deste Projeto? **Não por nois da comunidade não teve dificuldade nenhuma não**

- d) Como Era A Comunidade Antes Do Projeto Cartografia Social? **Antes de chegar la era assim muito desacatando o pessoal podia nem trabalhar por que os fazendeiros não deixava ninguém trabalhar**
- e) Havia Conflitos Com Os Grileiros De Terra? Se sim como Era? **Os conflitos la o seguinte, quando agente começou trabalhar la que chegou esse pessoal la como foi reconhecido foi cortando cerca querendo improibi o pessoal de trabalhar, mandando pessoa de fora dizendo que era policial, primeiramente chegou um oficial e o outro disse que era capitão do quartel e o outro era policia dizendo que o juiz tinha pedido um oficio no quartel pra mandar as poliçala que tinha ido tira nos de la, e que já era pra ter feito e perguntando se nos tinha arma pra poder confrontar com eles, e nois falou que não que nos ia na lei por que tinha lei, eles deu 5 dia pra nois correr atrás dois dias depois eles apareceram la com uns pião trator, moto cerra cortando cerca.**
- f) Após O Projeto Mudou Alguma Coisa No Modo De Vida Na Comunidade? **Mudou por que depois que teve mais reconhecimento de lei das pessoas de fora foi tendo mais respeito, e essas pessoas que sempre ameaçava agente la afastou**
- g) Após O Projeto Cartografia, Aumentou Ou Diminuiu os Conflitos Na Comunidade? **Diminuiu realmente diminuiu**
- h) O Projeto Ajudou A Comunidade A Ter Uma Melhor Noção Espacial Do Território? **Melhorou, o melhor espaço que teve e que o pessoal trabalhou mais tranquilo ne, não tem mais aquelas sugestão dos caras ameaçando, aquela vivencia la com os fazendeiros indo ameaçar, no documento antigo não tinha muito esse negocio de medida não e depois dos pontos eu não tenho noçon do tamanho não, há lembre ce me falou mesmo quanto deu.**
- i) Em Relação A Economia Da Comunidade, O Projeto Contribuiu De Alguma Forma? **Uai eu penso o seguinte so da gente ter mais tranquilidade contribuiu**
- j) Em Relação A Educação Na Comunidade Houve Alguma Vantagem Ou Desvantagem após o Projeto? **A escola la tinha mas ela foi desativada por que muita gente teve que sair pra por os filhos pra estuda por que o fazendeiros ficava ameaçando elas tinha marido de fora e não foi brigar e saiu pra por os filhos na escola mas o projeto nem atrapalhou nem contribuiu nisso**
- k) Quanto Tempo Levou Para Esse Projeto Ser Realizado Na Comunidade
¾ ano
- l) Quanto a Cartilha Criada No Projeto Você Acha Que as informações Contribuíram Na Luta Da Comunidade Na Busca Da Regularização Do Território
- m) Por Que Essa Cartilha Pode Ajudar Na Luta? **Eu acho que sim por que já teve o conhecimento**

- n) Você Acha Que guardar A Historia Da Comunidade Em Um Livro é Importante, Por Que? **E por que o seguinte fica uma coisa que não esquece e pai e filho e neto bisneto vai saber ne**
- o) Após Finalizar o mapa técnico Qual Foi O Resultado Trazido Para A Comunidade? **Acho que sim**
- p) Você Acha Que O Cadastro Ambiental Rural Teve Alguma Facilitação Por Causa Do Projeto Cartografia? **Ajudou sim**
- q) Cite Duas Ou Mais Desvantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Por que o mapa so costa o tamanho da terra e não e documento so mostra o tamanho do território, uma outra desvantagem e que depois daquela medição os fazendeiro andou la fazendo o mapa também e isso foi uma desvantagem acho que eles tinha que ter autorização pra fazer e ninguem sabe ne as veis ate teve ninguem sabe**
- r) Cite Duas Ou Mais vantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Diminuiu o conflito, já teve mais um respeito**
- s) Cite Duas Proposta De futuros Projetos Que você acredita que Daria Certo Na Comunidade? **La o seguinte terminar a documentação ne, por que la o que depende realmente e um trator pra facilitar o serviço braçal e se consegui um projeto pra um trator já era uma grande vantagem, a energia nem se fala por que nois não pode ter um motor pra fazer uma farinha ter uma geladeira e essas coisas tudo depende**
- t) Sobre A Forma Que A UFT Faz e fez alguns Projetos O Que você Acha Que Deveria Mudar? Como Deveriam Ser Os Projetos? Que tipo de projeto você acha que beneficiaria a comunidade? **A proposta da uft e muito boa mas nos projetos tem muita promessas e não chega nada e isso e ruim por que eles faz os projetos e some então eu pensava o seguinte que tinha que fazer projetos pra vinha coisas pra comunidade eles ate promete mas simplesmente não chega nada**
- u) Você acha que existe a possibilidade de uma parceria entre a comunidade e a UFT para projetos futuros? **Se eles fizer o projeto junto com a comunidade e muito bom mais tem que ser pra ajudar e fazer o que a comunidade quer e não o que eles quer.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Juraíldes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-1531 | Ramal 8836 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



GUIA DE ENTREVISTA

Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Graduando: Evandro Moura Dias

- a) Nome
Juraci José de Moura
- b) Onde nasceu
Nasci e criei aqui
- c) A sua família sempre foi da comunidade
E depois que agente, im antes de eu casar não era ne, mas depois que casou sempre aqui também meus meninos nasceu aqui criou aqui também
- d) Desde quando você mora nessa terra
Meu pai nasceu e criou eu também nasci e criei
- e) Você sempre trabalhou nessa terra
Toda vida desde de 7 anos que eu guentei fazer alguma coisa trabalhando direto
- f) Essa terra pertencia os seus antepassados

E pertencia , o avo dos meus ovo ate chegou em nois de binidito ne, joaqui que e pai do meu avo que e Cirilo ne

BLOCO TEMÁTICO 2: A participação no projeto cartografia social

- a) Quando foi realizado o Projeto Cartografia Social aqui na comunidade Káagados? **Eu sou ruim de ano assim viu, ruim de memoria tem uns 4 a 5 ano tem não, eu sou ruim de lembrança.**
- b) Como foi o preparativo para realizar o Projeto Cartografia Aqui Na Comunidade? **Fez a reunião ne e cada um contava o seu passado, ai foi pela dermacação da terra ne e ate conseguiu fazer o mapa**
- c) Houve Alguma Dificuldade Em Fazer Parte Na Realização Deste Projeto? **Não ate que eu não achei tanta dificuldade não**

- d) Como Era A Comunidade Antes Do Projeto Cartografia Social? **Aqui tinha muito problema ne e ai esse problema agente foi encarando ate quando chegou esse projeto cartografia ai foi diminuindo esses problemas**
- e) Havia Conflitos Com Os Grileiros De Terra? Se sim, como Era? **Uai tinha confritoso que ele tava dizendo que tudo era dele ne e não era e agente incarou a justiça pra resolver e confirma que e da gente mesmo, eles ate me ameaçava assim dizendo que, ate falou de pia eu pra medir a terra me marra e medir e não era pra eu fazer nada aqui, que aqui tudo era dele, derrubou ceicarancou roça de mandioca, tudo eles fizeram roça de arrois e nunca foi dono aqui.**
- f) Após O Projeto Mudou Alguma Coisa No Modo De Vida Na Comunidade? **Muito a gente teve mais sussegopa ir sobrevivendo teve mais acompanhamento**
- g) Após O Projeto Cartografia, Aumentou Ou Diminiu os Conflitos Na Comunidade? **Diminiu**
- h) O Projeto Ajudou A Comunidade A Ter Uma Melhor Noção Espacial Do Território? **Ajudou antes tava brigando por um pedaço e agora e pela terra toda e então miorou, miorou muito, fiquei sabendo que aqui e trezeto e pouco alquero esqueci o pouco,**
- i) Em Relação A Economia Da Comunidade, O Projeto Contribuiu De Alguma Forma? **Pra mim contribuiu ne deu foca ne e rebateu o grileiro, deu miuta foça por que o grileiro não abriu mais as roça e nois ficou mais sussegado**
- j) Em Relação A Educação Na Comunidade Houve Alguma Vantagem Ou Desvantagem após o Projeto? **Sim hoje tem o carro que pega os alunos porta ne, im ate não tinha ne, e os menino estudava no matão e depois teve essa mudança o carro vei pra porta.**
- k) Quanto Tempo Levou Para Esse Projeto Ser Realizado Na Comunidade? **Acho que no máximo uns treis ano**
- l) Quanto a Cartilha Criada No Projeto Você Acha Que as informações Contribuíram Na Luta Da Comunidade Na Busca Da Regularização Do Território ? **contribuiu eu acho que contribuiu foi foça pra gente ne.**
- m) Por Que Essa Cartilha Pode Ajudar Na Luta? **por que e uma pura verdade**
- n) Voce Acha Que guardar A Historia Da Comunidade Em Um Livro é Importante, Por Que? **E porque se agente esquecer na mente mais taiscrito no livro ne, pra geração futura.**
- o) Após Finalizar o mapa técnico Qual Foi O Resultado Trazido Para A Comunidade? **Trouxe por que agente também vai tendo mais conhecimento através do mapa ne,**

- p) Você Acha Que O Cadastro Ambiental Rural Teve Alguma Facilitação Por Causa Do Projeto Cartografia? **Uai facilidade teve uai por que um ajudando o outro ne**
- q) Cite Duas Ou Mais Desvantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Rapais a disvantage eu não to sabendo falar não**
- r) Cite Duas Ou Mais vantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Uai a vantagem e que eles também passou conhecer, hoje puxa na internet e ver que noi conseguiu o que pode conseguir ne, a cartilha, que a comunidade não ta parada ta tendo o conhecimento e o governo também ta vendo e reconhecendo a força ne, e im antes nos era muito esquecido pelo governo e lembrado pelo fazendeiro, lembrado pra tomar o nosso ne, e agora noista esquecido pelo governo e pelo fazendeiro o que não e de tudo ruim mas o governo precisa lembra mais de nois bem mais.**
- s) Cite Duas Proposta De futuros Projetos Que você acredita que Daria Certo Na Comunidade? **Primeiramente a energia e depois um trator ne ajuda muito a energia por que através dela agente consegue mais as coisas ter um telefone pra fazer uma denuncia, liga pra policia, e agente tem mais conforto ne, o trator agente consegue fazer uma laivora melhor ne maior, que agente pode ter pra dispesa e vender ne.**
- t) Sobre A Forma Que A UFT Faz e fez alguns Projetos O Que você Acha Que Deveria Mudar? Como Deveriam Ser Os Projetos? Que tipo de projeto você acha que beneficiaria a comunidade? **SEM RESPOTA**
- u) Você acha que existe a possibilidade de uma parceria entre a comunidade e a UFT para projetos futuros? **Sim**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS PROFESSOR DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Av. Juraíldes de Sena e Abreu, Setor Buritizinho | Sala 12, Bloco BALA | 77.330-000 | Arraias/TO
(63) 3653-1531 | Ramal 8836 | www.uft.edu.br | educampo.arraias@uft.edu.br



GUIA DE ENTREVISTA

Monografia: A cartografia social da comunidade quilombo Káagados: Identidade e enfrentamento

Graduando: Evandro Moura Dias

- a) Nome
Leandro Moura Dias
- b) Onde nasceu
Campos belos goias
- c) A sua família sempre foi da comunidade
Sim, mais os avos
- d) Desde quando você mora nessa terra
Tem uns quinze anos
- e) Você sempre trabalhou nessa terra
Nesses quinze anos sim
- f) Essa terra pertencia os seus antepassados
Os avos sim

BLOCO TEMÁTICO 2: A participação no projeto cartografia social

- a) Quando foi realizado o Projeto Cartografia Social aqui na comunidade Káagados?
Tem uns dois anos ne.
- b) Como foi o preparativo para realizar o Projeto Cartografia Aqui Na Comunidade? **Eu não sei quem foi os pessoal por que eu não estava aqui na época, estava em Brasília.**
- c) Houve Alguma Dificuldade Em Fazer Parte Na Realização Deste Projeto? **Nula.**

- d) Como Era A Comunidade Antes Do Projeto Cartografia Social? **Só bagunça, brigas do pessoal de fora ne, querendo tomar a terra.**
- e) Havia Conflitos Com Os Grileiros De Terra? **Se sim, como Era? Sim e muito. O eles viam com o trator ameaças, chegava gente disfarçado de policia**
- f) Após O Projeto Mudou Alguma Coisa No Modo De Vida Na Comunidade? **Mudou sim, já acabou sim ne, hoje o pessoal fica mais tranquilo na comunidade.**
- g) Após O Projeto Cartografia, Aumentou Ou Diminuiu os Conflitos Na Comunidade? **Diminuiu.**
- h) O Projeto Ajudou A Comunidade A Ter Uma Melhor Noção Espacial Do Território? **Sim, uai só deles saber da quantidade de terrar que tem ne, que não tinha certeza , o jeito que e , tudo certim.**
- i) Em Relação A Economia Da Comunidade, O Projeto Contribuiu De Alguma Forma? **Eu acho que não , contribuiu sim ne, mais de que forma eu não estou sabendo não ne.**
- j) Em Relação A Educação Na Comunidade Houve Alguma Vantagem Ou Desvantagem após o Projeto? **Tever, acho que teve a vantagem, basta so os ônibus que esta indo la ne já e uma vantagem, ta bom não falta mais coisas.**
- k) Quanto Tempo Levou Para Esse Projeto Ser Realizado Na Comunidade? **Vei acho que uns dois anos. Eu não chequei a ver o começo não**
- l) Quanto a Cartilha Criada No Projeto Você Acha Que as informações Contribuíram Na Luta Da Comunidade Na Busca Da Regularização Do Território ? **NULA**
- m) Por Que Essa Cartilha Pode Ajudar Na Luta? **Nula**
- n) Você Acha Que guardar A Historia Da Comunidade Em Um Livro é Importante, Por Que? **Certeza e importante sim, só de muita gente não sabe a história da comunidade ficar sabendo através de um livro, já fica sabendo as coisas certas ne.**
- o) Após Finalizar o mapa técnico Qual Foi O Resultado Trazido Para A Comunidade? **Uai sobre o mapa pra mim eu acho que teve, a vantagem teve, so que tem que ta faltando de concluir o restante da terra que tem o mapa , mais o povo ainda ta cima**
- p) Você Acha Que O Cadastro Ambiental Rural Teve Alguma Facilitação Por Causa Do Projeto Cartografia? **O CAR , por que o CAR foi feito da terra toda com o mapa feito ne.**
- q) Cite Duas Ou Mais Desvantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Não sobe responder**

- r) Cite Duas Ou Mais vantagens Do Projeto Cartografia Social Na Comunidade? **Uai so por que a comunidade ficou mais reconhecida ne.**
- s) Cite Duas Proposta De futuros Projetos Que você acredita que Daria Certo Na Comunidade? **O la no lado de la pra nois uma horta era bom ne, ui alai esta precisando de muita coisa , mais um trator servia bem pra hora boa, um poço artesiano também por que tem os colego mais não vai agua para todo mundo, mais quando acabar de mexer e virar tem coisas de mais.**
- t) Sobre A Forma Que A UFT Faz e fez alguns Projetos O Que você Acha Que Deveria Mudar? Como Deveriam Ser Os Projetos? Que tipo de projeto você acha que beneficiaria a comunidade? **Ah sim, tem muita coisa que a UFT faz e e aprovado e não realiza em cima do lugar ne, como aconteceu a aqui ne que teve muito projeto mais não teve vantagem pro lugar não ne, eles tinha que realizar coisa certa do projeto dele que fosse realizado na comunidade, a UFT so que saber de escrever livro, so pra ver o problema e não volta atrás.**
- u) Você acha que existe a possibilidade de uma parceria entre a comunidade e a UFT para projetos futuros? **Sim ,eu acho que sim.**